

Dispõe sobre a criação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Extremoz, do Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com a Legislação Federal e Municipal e adota outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, **JOAZ OLIVEIRA MENDES DA SILVA, Prefeito Constitucional de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte**, no uso das minhas atribuições que me são conferidas, com fundamento no Inciso II, do Art. 10º da Lei Orgânica e Lei Municipal nº 557/2009, sanciono e promulgo a seguinte lei:

TITULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPITULO I-DO OBJETO

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte, de que trata o art. 40 da Constituição Federal de 1988 e são beneficiários os servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos, e seus dependentes.

Parágrafo Único. É vedada a criação de mais de um regime próprio de previdência social para servidores titulares de cargos efetivos, no âmbito do Município de Extremoz.

CAPITULO II - DA UNIDADE GESTORA

Art. 2º Fica criado o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Extremoz – EXTREMOZ - PREV, doravante caracterizado, para todos os fins legais, como uma autarquia da administração pública indireta, e órgão gestor da previdência social dos servidores públicos efetivos do Município de Extremoz, e órgão responsável pela gestão e operacionalização do RPPS, assim como pelo pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários dispostos na presente Lei.

CAPITULO III - DA LEGISLAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 3º O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Extremoz – EXTREMOZ - PREV, observada a Legislação Federal pertinente, reger-se por esta Lei, regulamentos, normas, instruções e atos normativos, aprovados por seus Conselhos Deliberativos.

Art. 4º O EXTREMOZ - PREV, enquanto autarquia, dotada de personalidade jurídica própria, patrimônio e administração autônomos, terá como sede e foro o Município de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte, com possibilidade de alteração da sede a critério do gestor, e sua duração será por prazo indeterminado.

TITULO II – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

CAPITULO I – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º O EXTREMOZ - PREV terá a seguinte estrutura:

- I - Conselho de Administração;
- II - Conselho Fiscal;
- III – Diretoria Executiva;
- IV – Comitê de Investimentos.

PARÁGRAFO Primeiro - A estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos previsto no inciso IV, será estabelecida em ato normativo pelo ente federativo, devendo atender, no mínimo, aos requisitos estabelecidos no art. 3-A, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

Art. 6º São requisitos mínimos para os membros de quaisquer órgãos integrantes do EXTREMOZ - PREV:

- I - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- II - não ter qualquer penalidade na ficha funcional nos últimos 5 (cinco) anos;
- III - não ter sofrido punição por ato contrário às normas do sistema financeiro nacional.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º O Conselho de Administração do EXTREMOZ - PREV, órgão superior de deliberação colegiada, será constituído de **5 (cinco) membros efetivos**, garantida a participação dos segurados nos órgãos colegiados, com a seguinte composição:

I - Dois representantes indicados pelo Prefeito, sendo que um deles, a critério do Prefeito, será o Presidente do Conselho de Administração;

II - Um servidor, do quadro efetivo do Município de Extremoz indicado pelo Poder Legislativo;

III - Dois representantes, sendo um deles eleito pelos servidores ativos e outro pelos servidores inativos do Município de Extremoz.

§1º O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois) anos, sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§2º Juntamente com os titulares e, para cada um, será designado 01 (um) suplente respectivo, aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos e com igual período de mandato, e que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§3º Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Prefeito Municipal por meio de Portaria.

§4º Os representantes dos servidores, inclusive os suplentes, serão eleitos pelos servidores, em Assembleia Geral especificamente convocada.

§5º Os membros do Conselho de Administração não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, se culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em duas reuniões consecutivas ou em três intercaladas no mesmo ano.

§6º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

§7º A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§8º O presidente do Conselho de Administração do EXTREMOZ - PREV terá voz e voto de desempate nas reuniões do Conselho.

§9. As deliberações do Conselho de Administração serão lavradas em livro de Atas.

§10. As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração serão feitas por escrito.

Art. 8º Ao Conselho de Administração compete:

I – Aprovar a política de investimentos e deliberar sobre regime interno do EXTREMOZ - PREV;

II – Aprovar a contratação de instituição financeira privada ou pública que se encarregará da administração da carteira de investimentos do EXTREMOZ - PREV, por proposta da Diretoria Executiva, respeitando os princípios da qualidade e da fiel observância dos procedimentos internos, assegurando total transparência na alocação e administração dos recursos garantidores das reservas técnicas da entidade, respeitada a legislação pertinente a licitações e contratos administrativos;

III – Aprovar a contratação de consultoria externa técnica para desenvolvimento de serviços técnicos especializados necessários ao EXTREMOZ - PREV, com indicação da Diretoria, respeitada a legislação pertinente a licitações e contratos administrativos;

IV – Aprovar seu regimento interno;

V - Deliberar sobre as diretrizes gerais de atuação do EXTREMOZ - PREV;

VI - Deliberar sobre a nota técnica atuarial e o plano anual de custeio;

VII - Deliberar sobre o relatório anual da Diretoria Executiva;

VIII - Deliberar sobre os balancetes Mensais bem como o balanço e as contas anuais do EXTREMOZ - PREV, após apreciados pelo Conselho Fiscal;

IX - Deliberar sobre a aceitação de bens e legados oferecidos ao EXTREMOZ - PREV;

X - Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doação com encargo;

XI- Deliberar sobre a proposta Orçamentária anual, bem como suas respectivas alterações, elaborada pela Diretoria Executiva do EXTREMOZ - PREV;

XII - Funcionar como órgão de aconselhamento da Diretoria Executiva do EXTREMOZ - PREV nas questões por ele suscitadas;

XIII - Baixar resoluções, como atos e instruções normativas, complementares ou esclarecedoras;

XIV - Praticar os demais atos atribuídos nesta Lei.

SEÇÃO II – DO CONSELHO FISCAL

Art. 9º O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos, garantida a participação dos segurados nos órgãos colegiados, com a seguinte composição:

I - Um representante indicado pelo Prefeito Municipal;

II – Um representante eleito pelos servidores ativos ou inativos do Município de Extremoz;

III - Um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de Extremoz indicado pelo Poder Legislativo.

§1º O mandato dos membros designados será de 02 (dois) anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho de Administração, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§2º Juntamente com os titulares e, para cada um, será designado 01 (um) suplente respectivo, aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos e com igual período de mandato, e que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§3º Os membros do Conselho Fiscal serão nomeados pelo Prefeito Municipal por meio de Portaria.

§4º Os representantes dos servidores, inclusive os suplentes, serão eleitos pelos servidores, em Assembleia Geral especificamente convocada.

§5º Os membros do Conselho Fiscal não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, se culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em duas reuniões consecutivas ou em três intercaladas no mesmo ano.

§6º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de 02 (dois) votos.

§7º A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§8º O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu presidente em sua primeira reunião ordinária, após a sua posse.

§9º O presidente do Conselho Fiscal terá voz de desempate.

§10º As deliberações do Conselho fiscal serão lavradas em livro de atas.

§11º As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Fiscal serão feitas por escrito.

Art. 10. Compete ao Conselho Fiscal:

I - acompanhar a organização dos serviços técnicos;

II - acompanhar a execução Orçamentária do EXTREMOZ - PREV, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III - examinar as prestações efetivadas pelo EXTREMOZ - PREV aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV - proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos.

V - encaminhar ao Prefeito, anualmente, até o dia 28 de fevereiro, com o seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Diretoria Executiva, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;

VI - requisitar à Diretoria Executiva e ao presidente do Conselho de Administração as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas e exigir as providências de regularização;

VII - propor a Diretoria Executiva do EXTREMOZ - PREV as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;

VIII - acompanhar o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal e notificar e interceder junto ao Prefeito e demais titulares de órgãos filiados ao sistema municipal na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos, denunciando e exigindo as providências de regularização e adotando as providências de retenção dos impostos e taxas junto aos órgãos competentes para regularização das contribuições em atraso;

IX - proceder à verificação dos valores em depósito nas tesourarias, em bancos nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção ou denunciar as irregularidades constatadas e exigir as regularizações;

X - pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do EXTREMOZ - PREV;

XI - acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e de limites máximos de concentração dos recursos;

XII - rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração; e

XIII - proceder aos demais atos necessários à fiscalização do EXTREMOZ - PREV.

Parágrafo único. Compete a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer a fiscalização dos serviços do EXTREMOZ - PREV, não lhes sendo permitido envolverem-se na direção e administração do mesmo.

SEÇÃO III- DA GERÊNCIA EXECUTIVA

Art. 11. O EXTREMOZ - PREV será administrado por uma diretoria executiva, composta de 01 (um) membro, o Diretor Executivo;

Art. 12. A nomeação do Diretor Executivo será de competência do Prefeito e será de livre escolha, observando o preenchimento dos requisitos legais.

Parágrafo único – A remuneração mensal inicial do cargo de Diretor Executivo é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 13. Compete ao **Diretor Executivo**:

I – promover a administração geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Extremoz – EXTREMOZ - PREV, em estrita observância às disposições legais;

II - o estabelecimento e a publicação dos parâmetros e diretrizes gerais, por meio de atos normativos internos, a fim de orientar, supervisionar e regulamentar o RPPS;

III - representar o EXTREMOZ - PREV ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, assim como nas solenidades internas e externas;

IV - representar aos Poderes Públicos em nome do EXTREMOZ - PREV;

V - executar as deliberações do Conselho de Administração e submeter-se às exigências do Conselho Fiscal;

VI – ter sob sua guarda e responsabilidade todos os bens e valores do EXTREMOZ - PREV competindo-lhe:

a) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual da receita e despesa;

b) supervisionar os serviços de contabilidade do EXTREMOZ - PREV;

c) apresentar, anualmente, o relatório, o balanço geral, demonstrativos financeiros, e demais documentos contábeis relativos ao EXTREMOZ - PREV, para todos os fins de direito;

d) ajuizamento de ação para cobrança do que for devido ao EXTREMOZ - PREV e representar em legitimidade passiva;

VII – emitir certidões e declarações que forem requeridas;

VIII - regular, mediante portaria, matérias de sua competência;

IX - responder as consultas formuladas pelo Conselho de Administração;

X - homologar os procedimentos findos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XI - promover e gerenciar a execução orçamentária e financeira do EXTREMOZ - PREV;

XII - gerenciar os repasses efetuados pelo Município e pelo poder Legislativo, assim como outras Instituições, nos casos de disposições;

XIII - gerenciar a execução das atividades de controle financeiro do EXTREMOZ - PREV e promovendo:

a) provisão;

b) acerto de contas;

c) ressarcimentos;

d) confrontação dos fluxos físico e financeiro;

e) a fiscalização da execução dos contratos celebrados com prestadores de serviços relacionados à área financeira;

XIV – gerenciar os movimentos das contas do EXTREMOZ - PREV

XV - orientar e executar a elaboração das propostas orçamentárias;

XVI - elaborar demonstrativos das receitas e despesas previdenciárias;

XVII - estabelecer padrões, sistemas e métodos de trabalho voltados ao aprimoramento dos sistemas de gestão orçamentária, financeira e contábil do EXTREMOZ - PREV;

XVIII - promover, executar e controlar as aplicações financeiras dos recursos previdenciários, em conformidade com a legislação em vigor, privilegiando obrigatoriamente a máxima segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos recursos;

XIX - adquirir, onerar, alienar bens e administrar o patrimônio do EXTREMOZ - PREV, de acordo com as deliberações do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

XX - assinar ordens de pagamento em conjunto com o Assistente Financeiro e responder pelos atos e fatos de interesse do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Extremoz – EXTREMOZ - PREV, em juízo e fora dele;

XXI - organizar e manter o cadastro de segurados e dependentes, requisitando os dados e informações necessárias ao Poder Executivo Municipal.

XXII – supervisionar e gerenciar as atividades de concessão, atualização e cancelamento de benefícios;

XXIII- propor a política de seguridade do EXTREMOZ - PREV;

XXIV - controlar a arrecadação previdenciária;

XXV - supervisionar e executar as atividades de contabilidade e a elaboração das demonstrações contábeis e financeiras;

XXVI – programar, organizar, orientar e coordenar as atividades financeiras e orçamentárias;

XXVII - elaborar cronograma de desembolso e fluxo de caixa;

XXVIII - praticar atos relacionados com o sistema financeiro em articulação com os setores responsáveis;

XXIX - autorizar a movimentação de numerário e supervisionar as atividades referentes a pagamentos, recebimentos, controle de movimentação e disponibilidade financeira, observado o disposto no artigo 19 desta Lei;

XXX - aprovar, no limite de suas atribuições, despesas e dispêndios do EXTREMOZ - PREV;

Art. 14. Com fins de auxiliar o Diretor Executivo, o EXTREMOZ PREV contará com o auxílio de 02 (dois) Assistentes, sendo denominado Assistente Financeiro e o outro Assistente Administrativo, cuja nomeação será de competência do Prefeito e será de livre escolha, observando o preenchimento dos requisitos legais.

§ 1º - Compete ao Assistente Financeiro:

I - assinar, em conjunto com o Diretor Executivo, os documentos de execução orçamentária, financeira e outros correlatos;

II – substituir o Diretor Executivo, nas ausências, impedimentos e férias, sendo vedadas férias dos dois simultaneamente.

III – auxiliar o Diretor Executivo na gestão financeira e orçamentária do EXTREMOZ PREV.

§ 2º - Compete ao Assistente Administrativo:

I – auxiliar o Diretor Executivo na gestão administrativa do EXTREMOZ PREV.

II – substituir o Assistente Financeiro, nas ausências, impedimentos e férias, sendo vedadas férias dos dois simultaneamente.

§ 3º - A remuneração mensal inicial dos cargos de Assistente Financeiro e de Assistente Administrativo é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 15. O EXTREMOZ - PREV deve dispor de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado financeiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido nas Portarias MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e 440, de 11 de outubro de 2013.

Art. 16. O EXTREMOZ - PREV, para a execução de seus serviços, terá pessoal requisitado da municipalidade, dentre os seus servidores, os quais serão colocados à sua disposição com todos os seus direitos e vantagens asseguradas, garantias e deveres previstos em Lei, não podendo perceber remuneração adicional.

SEÇÃO IV- DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Art. 17. O Comitê de Investimentos do EXTREMOZ - PREV, que atuará junto ao Conselho de Administração e órgãos financeiros do Instituto, reger-se-á por ato normativo a ser expedido pelo poder executivo, devendo atender no mínimo os seguintes requisitos:

a) que seus membros mantenham vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração;

b) previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias;

c) previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS;

d) exigência de as deliberações e decisões serem registradas em atas;

e) previsão de composição e forma de representatividade, sendo exigível a certificação de que trata o art. 2º, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com suas alterações posteriores.

SEÇÃO V- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. Os membros representantes dos diversos órgãos colegiados da estrutura administrativa do EXTREMOZ - PREV não poderão acumular cargos no Instituto, mesmo que indicados para órgãos diferentes e por diferentes entes municipais ou entidades.

SEÇÃO VI- DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 19. O Conselho de Administração, por sua iniciativa ou solicitação da Gerência Executiva ou do Conselho fiscal, deliberará quanto à emissão de instruções e normas operacionais em atos normativos.

Parágrafo único. Os atos normativos serão emitidos sobre assuntos omissos em Lei, ou em complemento com o objetivo de esclarecer.

TÍTULO III- DA ESTRUTURA JURÍDICA

CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS

Art. 20. O EXTREMOZ - PREV obedecerá aos seguintes princípios:

I - universalidade de participação dos servidores públicos municipais efetivos, estáveis, ativos e futuros inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição;

II - caráter democrático e descentralizado da administração, com participação dos servidores efetivos, dos aposentados e pensionistas;

III - inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total;

IV - custeio da previdência social dos servidores públicos do Município de Extremoz, mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento do Município e da contribuição compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas, e que somente poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração;

V - subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, a padrões mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômico-financeira e conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

VI - aplicações do EXTREMOZ PREV, conforme regime financeiro de capitalização, e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, além do disposto no inciso anterior, segundo as normas federais sobre limites de aplicação de recursos a que estão sujeitos os Regimes Próprios de Previdência Social;

VII - subordinação da constituição de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei a critérios atuariais aplicáveis, tendo em vista a natureza dos benefícios;

VIII - reajuste dos proventos da aposentadoria e pensões de que trata esta Lei na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS), ressalvados os casos em que couber paridade;

IX - valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao salário mínimo vigente no país;

X - pleno acesso dos servidores às informações relativas à gestão dos órgãos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

XI - registro e controle das contas dos Fundos Garantidores e provisões do EXTREMOZ - PREV, de forma distinta e apartada da conta do Tesouro Municipal;

XII - registro contábil individualizado das contribuições pessoais de cada servidor e dos entes estatais do Município de Extremoz;

XIII - escrituração contábil, observadas as normas gerais de contabilidade aplicada aos regimes Próprios de Previdência Social;

XIV - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os servidores inativos e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;

XV - submissão às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

XVI - contribuições dos entes estatais do Município de Extremoz não excedendo, a qualquer título, o dobro da contribuição dos servidores públicos;

XVII - vedação de utilização dos recursos, bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive aos entes estatais do Município de Extremoz e aos servidores públicos municipais e dependentes, bem como prestação assistencial, médica e odontológica;

XVIII - vedação à aplicação de recursos e ativos constituídos em títulos públicos, com exceção de títulos de emissão do Governo Federal.

CAPÍTULO II - DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Art. 21. A Gestão Previdenciária do EXTREMOZ - PREV será executada de forma autônoma e independente à da Prefeitura Municipal de Extremoz, podendo ser contratados serviços de terceiros para a execução de serviços especializados.

Art. 22. Preservada a autonomia do EXTREMOZ - PREV, a Gestão Previdenciária a que se refere o artigo anterior, terá por finalidade:

I - estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão, nos campos previdenciário, administrativo, técnico, atuarial e econômico-financeiro, observada a legislação federal;

II - fixar metas;

III - estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades pela execução e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do EXTREMOZ - PREV;

IV - avaliar o desempenho, com aferição de sua eficiência e da observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade, e atendimento aos preceitos constitucionais, legais, regulamentares, estatutários e regimentais aplicáveis;

V - formalizar outras obrigações previstas em dispositivos desta Lei e da Legislação geral aplicável.

CAPÍTULO III - DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 23. Os beneficiários da Previdência Municipal de que trata esta Lei classificam-se em segurados e dependentes.

Art. 24. Permanece filiado a este Regime Próprio de Previdência Social, na qualidade de segurado, o servidor público municipal ativo que estiver:

I - cedido para outro órgão ou entidade da administração direta e indireta, com ou sem ônus, da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo, ainda que sem recebimento de subsídio ou remuneração do Município.

Parágrafo único. O segurado deste Regime Próprio de Previdência Social, investido no mandato de Vereador, que exerça, concomitantemente, o cargo efetivo e o mandato, continua filiado a ele pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), pelo mandato eletivo.

Art. 25. O servidor efetivo requisitado da União, de Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios permanece filiado ao regime de previdência de origem.

SEÇÃO I - DOS SEGURADOS

Art. 26. São segurados deste Regime Próprio de Previdência Social:

I - o servidor público municipal titular de cargo efetivo e os estáveis, nos termos do artigo 19 do ADCT, dos órgãos dos poderes Executivos e Legislativo, suas autarquias e fundações públicas;

II - os aposentados nos cargos efetivos citados no inciso I.

§1º Fica excluído do disposto no *caput* o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público.

§2º Na hipótese de acumulação remunerada de cargos, dentro das hipóteses constitucionalmente admitidas, no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§3º O servidor titular de cargo efetivo amparado por este Regime Próprio de Previdência Social, que se afastar do cargo efetivo quando nomeado para o exercício de cargo em comissão, continua vinculado exclusivamente a esse regime previdenciário, não sendo devidas contribuições ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) sobre a remuneração correspondente ao cargo em comissão, sendo-lhe facultado optar por recolher sobre essa parcela ao EXTREMOZ - PREV.

§4º Quando houver acumulação de cargo efetivo e cargo em comissão, com exercício concomitante e compatibilidade de horários, haverá o vínculo e o recolhimento a este Regime Próprio de Previdência Social, pelo cargo efetivo e, ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), pelo cargo em comissão.

§5º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) na condição de exercente de mandato eletivo.

Art. 27. A perda da condição de segurado deste Regime Próprio de Previdência Social ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - morte;

II - exoneração ou demissão;

III - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

IV - falta de recolhimento das contribuições previdenciárias, nas hipóteses previstas nesta Lei.

SEÇÃO II - DOS DEPENDENTES

Art. 28. São dependentes dos segurados do EXTREMOZ - PREV, sucessivamente:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, hétero ou homoafetivo, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente;

II - os pais;

III - irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente;

§1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I do **caput** deste artigo é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§3º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§4º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§5º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 29. A perda da qualidade de dependente, para os fins do EXTREMOZ - PREV ocorre:

I - Para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento.

II - Para o companheiro ou companheira, pela cassação da união estável com segurado, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

III - Para o filho e o irmão de qualquer condição, ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválidos, desde que a invalidez tenha ocorrido antes:

a) de completarem vinte e um anos de idade;

b) do casamento;

c) do início do exercício de cargo ou emprego público.

d) da constituição de estabelecimento civil ou comercial ou da existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria; ou

e) da concessão de emancipação, pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; e

IV - Para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica;

b) pela morte.

SEÇÃO III - DAS INSCRIÇÕES

Art. 30. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 31. Incumbe ao segurado à inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetuado.

§1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por laudo médico pericial.

§2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

CAPÍTULO IV-DOS BENEFÍCIOS

Art. 32. Os benefícios previstos na presente Lei consistem em:

I - quanto aos segurados:

a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria voluntária por idade;

c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;

d) aposentadoria compulsória;

- e) aposentadoria especial do professor;
- f) salário maternidade.
- g) auxílio doença;
- h) salário família;
- II - quanto aos dependentes:
 - a) pensão por morte;
 - b) auxílio reclusão

SEÇÃO I - DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 33. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida e enquanto permanecer nessa condição.

§1º Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais.

§2º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§3º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada fora do uso da razão;
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - O acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiado pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado;
- e) nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo;
- f) a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo.

§4º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, para fins do disposto neste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, hanseníase, esclerose múltipla, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de Paget (osteíte deformante), síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS); contaminação por radiação, com base em conclusão de medicina especializada, e hepatopatia. Considera-se também como doença grave, a cegueira total, de ambos os olhos, desde que caracterizada após o ingresso no serviço público, para os entes estatais do Município de Extremoz, além de outras que a Lei assim definir.

§5º A aposentadoria por invalidez será concedida com base na legislação vigente na data em que o laudo médico pericial definir como início da incapacidade total e definitiva para o trabalho, assegurada ao servidor a opção por outra regra mais benéfica.

§6º Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica oficial, a aposentadoria por invalidez independerá de auxílio doença e será devida a partir da publicação do ato de sua concessão.

§7º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§8º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

§9º Os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, não poderão ser inferiores a um salário mínimo.

§10. O segurado aposentado por invalidez fica obrigado a submeter-se a exames médicos-periciais, mediante convocação, a realizarem-se bianualmente ou em prazo inferior, conforme determinado pela perícia médica, caso a caso.

§11. O não comparecimento do segurado no prazo designado para a realização da perícia médica implicará na suspensão do pagamento do benefício.

§12. O servidor do Município de Extremoz, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

§13. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no parágrafo anterior o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

SEÇÃO II - DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

Art. 34. O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;

e

III - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público.

SEÇÃO III - DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 35. O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 43, desta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;

e

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de tempo de contribuição, se mulher.

SEÇÃO IV - DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 36. O servidor, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 43, desta Lei.

Parágrafo único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço, assegurada a opção por regra mais favorável, desde que implementados os requisitos mínimos, dispostos nesta Lei.

SEÇÃO V - DA APOSENTADORIA ESPECIAL DO PROFESSOR

Art. 37. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 35, desta Lei, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.

Parágrafo único. São consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação pedagógica e assessoramento.

SEÇÃO VI - DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

Art. 38. Ao servidor que tenha ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional do Município de Extremoz, até 16 de

dezembro de 1998, é facultado aposentar-se com proventos calculados de acordo com o art. 43, desta Lei, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher;

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data prevista no *caput*, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.

§1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos no inciso III, do art. 35, observado o art. 36, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que tiver completado as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005, independentemente de a concessão do benefício ocorrer em data posterior àquela;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§2º O número de anos antecipados para cálculo da redução de que trata o § 1º será verificado no momento da concessão do benefício.

§3º Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º serão aplicados sobre o valor do benefício inicial calculado pela média das contribuições, segundo o art. 43 desta Lei, verificando-se previamente a observância ao limite da remuneração do servidor no cargo efetivo, previsto no § 9º do mesmo artigo.

§4º O segurado professor, de qualquer nível de ensino, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério do Município de EXTREMOZ - PREV, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, deste artigo.

Art. 39. Ressalvado o direito de opção, o segurado do RPPS que tiver ingressado regularmente em cargo efetivo no serviço público, na administração pública direta, autárquica e fundacional do Município de Extremoz, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 35, todos desta Lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 40. Ressalvado o direito de opção, o servidor, que tiver ingressado no serviço público do Município, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade do art. 35, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único - Na aplicação dos limites de idade previsto no inciso III do *caput*, não se aplica a redução prevista no art. 37 relativa ao professor.

Art. 41. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§1º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente, conforme opção do segurado.

§2º No cálculo do benefício concedido de acordo com a legislação em vigor à época da aquisição do direito, será utilizada a remuneração do servidor no cargo efetivo no momento da concessão da aposentadoria.

§3º Em caso de utilização de direito adquirido à aposentadoria com proventos proporcionais, considerar-se-á o tempo de contribuição cumprido até 31 de dezembro de 2003, observando-se que o cômputo de tempo de contribuição posterior a essa data, somente será admitido para fins de cumprimento dos requisitos exigidos para outra regra vigente de aposentadoria, com proventos integrais ou proporcionais.

Art. 42. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS e as pensões de seus dependentes, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo anterior, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

SEÇÃO VII - DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 43. No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos art. 33, 34, 35, 36, 37 e 38, desta Lei, concedidas a partir de 20 de fevereiro de 2004, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS), conforme portaria editada mensalmente pelo MPS.

§2º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, de acordo com as normas emanadas pelo MPS.

§3º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da média da aposentadoria, depois de atualizadas na forma do §1º, deste artigo, não poderão ser:

I – inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS);

III- superiores, na ocasião de sua concessão, à remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§4º As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 3º, deste artigo.

§5º Na determinação do número de competências correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo de que trata o *caput*, desprezar-se-á a parte decimal.

§6º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por não vinculação a regime previdenciário, decorrente de ausência de prestação de serviço ou de contribuição, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§7º O valor inicial dos proventos, calculado de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferior ao salário mínimo e nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§8º. Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes do respectivo cargo estabelecidas em Lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§9º. Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 35, não se aplicando a redução

no tempo de idade e contribuição de que trata o art. 37, todos desta Lei, relativa à aposentadoria especial do professor.

§10. Na ocorrência das hipóteses previstas para a concessão de aposentadoria compulsória ou por invalidez a segurado que tenha cumprido os requisitos legais para concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra, o RPPS deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de ofício, o servidor, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo com a regra mais vantajosa.

Art. 44. Por ocasião, e, no mesmo Índice Oficial do reajuste aplicado pelo Regime Geral de Previdência Social, é garantido, anualmente, reajuste aos beneficiários de pensões e proventos de aposentadorias sem a garantia da paridade, concedidos nos termos do art. 40, da Constituição Federal de 1988, e artigos pertinentes desta lei, calculados com base na Lei Federal nº 10.887, de 18 de julho de 2004

SEÇÃO VIII – DO SALÁRIO MATERNIDADE

Art. 45. O salário maternidade é devido à segurada gestante, servidora pública efetiva, por 180 (cento e oitenta) dias.

§1º O salário maternidade terá início entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, considerando inclusive o dia do parto.

§2º Em casos excepcionais, os períodos de repouso, anterior e posterior ao parto, podem ser aumentados em mais 02 (duas) semanas, mediante inspeção médica fornecida por médico designado pelo EXTREMOZ - PREV

§3º Para fins de concessão do salário maternidade, considera-se parto o nascimento, inclusive o de natimorto, mediante a apresentação da competente certidão.

§4º Ocorrendo aborto não criminoso, comprovado por avaliação médica pericial, mediante atestado fornecido por médico credenciado pelo EXTREMOZ - PREV, a segurada terá direito ao salário maternidade correspondente a 02 (duas) semanas.

§5º À segurada servidora pública que tenha recebido salário maternidade será pago o Abono Anual proporcional ao período de duração do pagamento daquele benefício.

§6º Se, por ocasião da concessão do salário maternidade, for verificado que a segurada encontra-se em gozo de auxílio doença, este deverá ser cessado na véspera do início do referido benefício, devendo ser comunicado à perícia médica.

§7º O salário maternidade da segurada, servidora pública efetiva, consiste numa renda mensal igual ao salário de contribuição integral no cargo efetivo em que se deu a licença maternidade.

§8º À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário maternidade, a contar da posse do adotado, nos seguintes termos:

- I – 30 (trinta) dias, se a criança tiver 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade;
- II – 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade;
- III – 180 (cento e oitenta) dias, se a criança até 1 (um) ano de idade.

SEÇÃO IX- DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 46. O auxílio doença será concedido ao segurado que venha ficar incapacitado para o trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias, e será pago durante o período em que permanecer incapaz, com base em inspeção médica oficial que definirá o prazo de afastamento.

§1º O auxílio doença, desde que preenchidos os requisitos para sua concessão, somente será devido, a contar:

- I - do décimo sexto dia da incapacidade, quando requerida até trinta dias depois deste;
- II - do requerimento, quando requerida após o prazo no inciso I.

§2º Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

Art. 47. O auxílio de que trata o artigo anterior corresponderá ao salário contribuição que o segurado recebia na data do afastamento e será pago mensalmente, durante o período em que estiver incapacitado, comprovadamente, e a critério da perícia médica, preferencialmente realizada por junta médica oficial do quadro de servidores do Município de Extremoz.

Art. 48. O segurado em percepção do auxílio doença fica obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a se submeter aos exames, tratamentos, processos de readaptação profissional e demais procedimentos prescritos por perícia médica oficial do Município.

§1º O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de readaptação para exercício do seu cargo, ou em outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez.

§2º Em caso de acúmulo de cargos, o servidor será afastado em relação à todos os cargos, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades e cargos que o servidor estiver exercendo.

Art. 49. Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do servidor por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.

Parágrafo Único. Se concedido um novo benefício decorrente da mesma doença dentro do prazo de sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento dos quinze primeiros dias.

SEÇÃO X – DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 50. O salário família será devido ao segurado de baixa renda, por filho ou equiparado de qualquer condição até quatorze anos, ou inválido de qualquer idade, mensalmente, em valor de acordo com Portaria editada anualmente pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre os reajustes dos benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, que, atualmente, corresponde a Portaria MF nº 08, de 13 de janeiro de 2017, no valor de:

I-R\$ 44,09 (quarenta e quatro reais, nove centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 859,88 (oitocentos e cinquenta e nove reais, oitenta e oito centavos);

II – R\$ 31,07 (trinta e um reais, sete centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 859,88 (oitocentos e cinquenta e nove reais, oitenta e oito centavos) e igual ou inferior a R\$ 1.292,43 (um mil, duzentos e noventa e dois reais, quarenta e três centavos);

§1º O direito do benefício de salário-família somente será adquirido a partir da data do requerimento, desde que preenchidos os requisitos para sua percepção.

§2º O pagamento do benefício é realizado pelo EXTREMOZ - PREV.

§3º Os valores previstos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices de correção aplicada aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS)-INSS, conforme expressa disposição da Secretaria de Políticas de Previdência do Ministério da Fazenda, através de portaria editada anualmente.

§4º O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ao inválido, bem como a comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado em idade escolar.

§5º O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

Art. 51. Quando o pai e a mãe forem segurados, ambos terão direito ao salário-família.

SEÇÃO XI - DA PENSÃO POR MORTE

Art. 52. Ocorrendo o óbito do segurado, será devida a seus dependentes, definidos no artigo 28 desta Lei, pensão por morte, igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS) de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a esse limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS) de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a esse limite, caso em atividade na data do óbito.

§1º o valor da pensão será rateado em cotas iguais entre todos os dependentes com direito a pensão;

§2º Sempre que um dependente perder esta qualidade proceder-se-á novo cálculo e novo rateio do benefício, considerados, no entanto, apenas os dependentes remanescentes.

§3º A pensão será devida a contar da data:

- a) do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste;
- b) do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou
- c) da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§4º Na hipótese de cálculo de pensão oriunda de falecimento de servidor em atividade, é vedada a inclusão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, de outras parcelas de natureza temporária, ou do abono de permanência de que trata

esta Lei, bem como a incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou na remuneração, apenas para efeito de concessão do benefício.

§5º O direito à pensão configura-se na data da morte do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente na data do óbito, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§6º Em caso de falecimento de segurado em exercício de cargos acumuláveis ou que acumulava proventos ou remuneração com proventos decorrentes de cargos acumuláveis, o cálculo da pensão será feito separadamente, por cargo ou provento, conforme incisos I e II do caput deste artigo.

§7º Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até 02 (duas) pensões no âmbito do RPPS, vedada a acumulação de pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

§8º Não terá direito à pensão o cônjuge que, ao tempo do falecimento do segurado, estiver dele divorciado ou separado judicialmente.

§9º Não perderá o direito à pensão o cônjuge que, em virtude do divórcio, recebia pensão de alimentos.

§10. A pensão devida a dependente incapaz, por motivo de alienação mental comprovada, será paga ao curador judicialmente designado.

§11. O pagamento da cota individual da pensão por morte cessa:

I - pela morte do pensionista;

II - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido ou com deficiência;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "b" e "c";

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§12. Com a extinção da cota do último pensionista, a pensão por morte será encerrada.

§13. Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 53. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judicial competente;

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§1º A pensão provisória será transformada em definitiva com óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§2º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS).

§3º O beneficiário da pensão provisória de que trata este artigo deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao Município o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

SEÇÃO XII - DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

Art. 54. Aos dependentes do segurado detento ou recluso de baixa renda, que não esteja em gozo de aposentadoria ou auxílio doença, será pago, mensalmente, enquanto perdurar esta situação, o auxílio reclusão de valor equivalente ao do último salário de contribuição recebido do órgão empregador, desde que este tenha sido suspenso.

§1º Não será devido, em nenhuma hipótese, o pagamento do auxílio reclusão aos dependentes do segurado que tenha recebido, como última remuneração de contribuição, valor superior a R\$ 1.292,43 (um mil, duzentos e noventa e dois reais, quarenta e três centavos), fixado de acordo com Portaria expedida anualmente pelo Ministério da Fazenda, quando dos reajustes dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

§2º Em qualquer hipótese, o auxílio reclusão somente será devido aos dependentes enquanto for mantida a qualidade de segurado e será rateado em cotas-partes iguais.

§3º O benefício de auxílio-reclusão será devido aos dependentes do servidor recluso a partir da data em que o segurado preso deixar de receber remuneração decorrente do seu cargo, e será pago enquanto o servidor for titular do respectivo cargo efetivo.

§4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será suspenso e restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprova a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifica o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado a prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§6º caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao EXTREMOZ - PREV pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§7º Aplicar-se-ão ao auxílio reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

SEÇÃO XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS

Art. 55. É de 05 (cinco) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas todas e quaisquer ações para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo EXTREMOZ - PREV, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma da Legislação Civil.

Art. 56. No período de gozo do benefício, a parcela devida pelo segurado será descontada pelo EXTREMOZ - PREV quando do pagamento do benefício.

Art. 57. O segurado em gozo de auxílio doença está obrigado a se submeter, sob pena de suspensão do pagamento do benefício, periodicamente a exames médicos, bem como a tratamentos, processos de readaptação profissional e demais procedimentos prescritos por aquele serviço médico.

Art. 58. O benefício será pago diretamente a quem de direito ou a procurador constituído por mandato outorgado por instrumento público, o qual não terá prazo superior a 06 (seis) meses, podendo ser renovado ou revalidado.

Parágrafo único. O procurador deverá firmar, perante o EXTREMOZ - PREV, Termo de Responsabilidade, mediante o qual se compromete a comunicar qualquer fato que venha a determinar a perda da qualidade de procurador ou evento que possa invalidar a procuração, principalmente a superveniência de óbito ou incapacidade civil do outorgante, sob pena de incorrer nas sanções penais cabíveis.

Art. 59. O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao representante legal, tutor ou curador, nos termos e requisitos da legislação civil.

Art. 60. Todo segurado, dependente ou representante legal dos mesmos, assinará os formulários e fornecerá os dados e documentos exigidos periodicamente de 6 (seis) meses para pensionista e aposentados do EXTREMOZ - PREV, para provar o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção dos benefícios, ou garantir a sua manutenção.

Parágrafo único. O cumprimento dessa exigência é essencial para o recebimento dos benefícios, ou sua manutenção do benefício.

Art. 61. Sem prejuízo da exigência de apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições necessárias para o recebimento dos benefícios, o EXTREMOZ - PREV poderá tomar providências no sentido de comprovar ou suplementar as informações fornecidas.

Art. 62. O EXTREMOZ - PREV poderá negar qualquer reivindicação de benefício, declará-lo nulo ou reduzi-lo, se por dolo ou culpa, forem omitidas ou declaradas falsamente informações para a obtenção de qualquer benefício.

Art. 63. Podem ser descontados dos benefícios pagos aos segurados ou dependentes:

I - contribuições devidas ao EXTREMOZ - PREV.

II - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;

III - impostos retidos na fonte, de conformidade com a legislação aplicável;

IV - pensão de alimentos decretada em decisão judicial;

V - outros débitos previstos em Lei e os débitos autorizados pelo servidor, desde que aceito pelo EXTREMOZ - PREV.

§1º Salvo o disposto neste artigo, o benefício não poderá ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito sua venda, alienação ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus de que seja objeto.

§2º Na hipótese do inciso II, deste artigo, o desconto será feito em até 06 (seis) parcelas, ressalvada a existência de má fé, quando então não será o débito parcelado.

§3º Somente poderão ser descontados os débitos existentes a partir da concessão do benefício e desde que não sejam superiores ao valor do benefício.

Art. 64. Excetuada a hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições feitas ao EXTREMOZ - PREV em hipótese alguma.

Art. 65. Não será considerada, para efeito de contagem em dobro para a aposentadoria por tempo de contribuição, a licença prêmio do servidor.

§1º Concedida a aposentadoria ou pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado.

§2º Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas jurídicas pertinentes.

Art. 66. Os proventos de aposentadoria e pensões não poderão exceder, a qualquer título, a remuneração tomada como base para a concessão do benefício, sendo vedado o acréscimo de vantagens de caráter transitório à respectiva remuneração.

Parágrafo único. É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outros Municípios.

Art. 67. Na ocorrência das hipóteses previstas para a concessão de aposentadoria compulsória ou por invalidez a segurado que tenha cumprido os requisitos legais para concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra, o RPPS deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de ofício, o servidor, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo com a regra mais vantajosa.

CAPÍTULO V – DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Art. 68. São processos administrativos de concessão de benefícios os seguintes:

I - processo de aposentadoria integral ou proporcional;

II - processo de aposentadoria por invalidez;

III - processo de aposentadoria compulsória;

IV - processo de aposentadoria especial de professor;

V – processo de salário maternidade;

VI - processo de auxílio doença;

VII – processo de salário família;

VIII- processo de pensão por morte;

IX - processo de auxílio reclusão.

Art. 69. O processo de aposentadoria integral ou proporcional deve ser instruído pelo servidor com os seguintes documentos:

I - requerimento do servidor;

- II - cópias de documentos de identificação pessoal legível, atualizado o nome do(a) servidor(a) conforme seu estado civil atual, CPF, título de eleitor, Número do PIS/PASEP, e Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, constando todas as páginas assinaladas;
- III - cópia do último comprovante de pagamento;
- IV - comprovante de endereço;
- V - Certidão de Tempo de Serviço - CTS, emitida pelo Departamento de Pessoal e assinada pelas autoridades competentes;
- VI - ficha financeira, relacionando o valor da remuneração sobre a qual se recolheu a contribuição previdenciária do servidor, contendo dados desde julho de 1994, ou de quando se iniciou a contribuição, até a atualidade;
- VII - Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), emitida pelo EXTREMOZ - PREV, por outro Regime Próprio ou pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), se houver tempo de serviço e/ou contribuição a estes, referente aos períodos averbados;
- VIII - declaração de acúmulo ou não de cargos públicos e aposentadorias;
- IX - Declaração de Bens;
- X - cópia do processo de averbação, caso existente;

Art. 70. O processo de aposentadoria por invalidez deve ser instruído pelo servidor com os seguintes documentos:

- I - requerimento do servidor ou por seu procurador;
- II - laudo médico expedido por Médico Perito ou Junta Médica oficial indicada pelo EXTREMOZ - PREV;
- III - cópias de documentos de identificação pessoal legível, atualizado o nome do(a) servidor(a) conforme seu estado civil atual, CPF, título de eleitor, Número do PIS/PASEP, e Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, constando todas as páginas assinaladas;
- IV - cópia do último comprovante de pagamento;
- V - comprovante de endereço;
- VI - Certidão de Tempo de Serviço - CTS, emitida pelo Departamento de Pessoal e assinada pelas autoridades competentes;
- VII - ficha financeira relacionando o valor da remuneração sobre a qual se recolheu a contribuição previdenciária do servidor, contendo dados desde julho de 1994, ou, se posterior, de quando se iniciou a contribuição, até a atualidade;
- VIII - Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), emitida pelo EXTREMOZ - PREV, por outro Regime Próprio ou pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), se houver tempo de serviço e/ou contribuição a estes;
- IX - declaração de acúmulo ou não de cargos públicos e aposentadorias;
- X - Declaração de Bens;
- XI - cópia do processo de averbação, caso existente;

Art. 71. O processo de aposentadoria compulsória deve ser instruído pelo servidor com os seguintes documentos:

- I - comunicação e encaminhamento do Departamento de Pessoal ou requerimento do (a) servidor (a);
- II - cópias de documentos de identificação pessoal legível, atualizado o nome do(a) servidor(a) conforme seu estado civil atual, CPF, título de eleitor, Número do PIS/PASEP, e Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, constando todas as páginas assinaladas;
- III - cópia do último comprovante de pagamento;
- IV - comprovante de endereço;
- V - Certidão de Tempo de Serviço - CTS, emitida pelo Departamento de Pessoal e assinada pelas autoridades competentes;
- VI - ficha financeira, relacionando o valor da remuneração sobre a qual se recolheu a contribuição previdenciária do servidor, contendo dados desde julho de 1994, ou de quando se iniciou a contribuição, até a atualidade;
- VII - Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), emitida pelo EXTREMOZ - PREV, por outro Regime Próprio ou pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), se houver tempo de serviço e/ou contribuição a estes;
- VIII - declaração de acúmulo ou não de cargos públicos e aposentadorias;
- IX - Declaração de Bens;
- X - cópia do processo de averbação, caso existente;

Art. 72. O processo de aposentadoria especial de professor deve ser instruído pelo servidor com os seguintes documentos:

- I - requerimento assinado pelo professor;

II - cópias de documentos de identificação pessoal legível, atualizado o nome do(a) servidor(a) conforme seu estado civil atual, CPF, título de eleitor, Número do PIS/PASEP, e Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, constando todas as páginas assinaladas;

III - comprovante de endereço;

IV - cópia do último comprovante de pagamento;

V - Certidão de Tempo de Serviço - CTS, emitida pelo Departamento de Pessoal e assinada pelas autoridades competentes;

VI - certidão de efetivo exercício das funções de magistério;

VII - ficha financeira, relacionando o valor da remuneração sobre a qual se recolheu a contribuição previdenciária do servidor, contendo dados desde julho de 1994, ou de quando se iniciou a contribuição, até a atualidade;

VIII- Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), emitida pelo EXTREMOZ - PREV, por outro Regime Próprio ou pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), se houver tempo de serviço e/ou contribuição a estes;

IX - declaração de acúmulo ou não de cargos públicos e aposentadorias;

X - Declaração de Bens;

XI- cópia do processo de averbação, caso existente;

Art. 73. O processo de salário maternidade deve ser instruído pela servidora com os seguintes documentos:

I - requerimento da servidora;

II - cópias de documentos de identificação pessoal legível, atualizado com o nome da servidora conforme seu estado civil atual, Número de Identificação do Trabalhador (NIT), (PIS/PASEP), CPF, e CTPS, constando página de identificação, e contratos de trabalho;

III - cópia do último comprovante de pagamento de vencimentos;

IV - comprovante de endereço;

V - atestado Médico original e Certidão de Nascimento da criança ou de Guarda Judicial para fins de adoção (original e cópia);

VI - ato de nomeação no cargo e/ou CTPS;

Art. 74. O processo de auxílio doença deve ser instruído pelo servidor com os seguintes documentos:

I - requerimento do servidor;

II - cópia do último contracheque;

III - atestado Médico, Exames de Laboratório, Atestado de Internação Hospitalar, Atestados de Tratamento Ambulatorial, dentre outros que comprovem o tratamento médico;

IV - atestado/parecer do médico assistente;

V - cópias de documentos de identificação pessoal legível;

VI - cópias de documentos de identificação pessoal legível, CPF;

VII - cópia do comprovante de endereço.

Art. 75. O processo de salário família deve ser instruído pelo servidor com os seguintes documentos:

I - requerimento do servidor;

II - cópias de documentos de identificação pessoal legível atualizado com o nome do(a) servidor(a) conforme seu estado civil atual, Número de Identificação do Trabalhador (NIT), (PIS/PASEP), CPF, e CTPS, constando página de identificação, e contratos de trabalho e de férias;

III - cópia do último contracheque;

IV - comprovante de endereço;

V - certidão de casamento com averbação do divórcio se for o caso, hetero e homoafetivo;

VI - ato de nomeação e termo de posse;

VII - certidão de nascimento do filho;

VIII - declaração de regularidade escolar, emitida pelo estabelecimento de ensino (para menores em idade escolar).

Art. 76. O processo de pensão por morte deve ser instruído pelo(s) dependente(s) com os seguintes documentos:

I - documentos necessários do segurado:

a) fotocópia da Certidão de Óbito;

b) cópias de documentos de identificação pessoal legível, com o nome do (a) servidor (a) conforme seu estado civil atual e Cadastro de Pessoal Física (CPF);

c) fotocópia do último comprovante de pagamento, se houver desconto de pensão alimentícia apresentar Certidão atualizada constando o nome do beneficiário e o valor;

d) se pensão por ausência do segurado, anexar cópia da sentença da ação declaratória de ausência e certidão de trânsito em julgado;

e) se o segurado for ativo, anexar comprovante da retirada de folha de pagamento emitida pelo Órgão de Origem; todos os documentos funcionais, como mapa de tempo de serviço, documento que ateste o ingresso no serviço público, cópia de processo de averbação, caso existente, dentre outros;

II - documentação dos beneficiários, conforme o caso:

a) cópias de documentos pessoais, como do RG legível, certidão de nascimento ou casamento expedidas em data recente e atualizado o nome, conforme seu estado civil atual e o CPF;

b) comprovante de endereço, como contas de água, luz, telefone entre outros;

c) certidão de reconhecimento de união estável com mais de cinco anos de constituída, hetero e homoafetiva;

d) certidão de inteiro teor atualizada dos autos de separação ou divórcio, constando o nome do beneficiário e o valor da pensão alimentícia, se for o caso ou termo de separação judicial ou divórcio (termo de audiência) – Para o caso de cônjuge separado ou divorciado judicialmente e credor de alimentos;

e) em caso de companheiros hetero ou homoafetivos, é necessário juntar pelo menos três das seguintes provas: conta bancária conjunta; seguro de vida que conste o companheiro como dependente; plano de assistência médica que conste o companheiro como dependente; certidão de casamento religioso; declaração especial feita pelo segurado perante tabelião; declaração de imposto de renda onde conste o beneficiário como dependente; faturas de despesas, como contas de telefone, luz, água em nome de um ou do outro com o mesmo endereço; envelopes de correspondências dirigidas ao casal ou isoladamente a cada um com o mesmo endereço; mesmo domicílio; notas fiscais, em nome de um e de outro com o mesmo endereço; declarações dos vizinhos confrontantes, acompanhadas de documentos de identidade e comprovante de residência, procurações recíprocas outorgadas, ou outros documentos que levem à comprovação de união estável, para o caso de comprovação da convivência marital;

f) certidão de nascimento ou RG, para o caso de filhos;

g) termo de tutela ou guarda, para o caso do filho menor não ser representado pelo tutor natural, neste caso, também Carteira de Identidade (RG) e CPF e comprovante de conta bancária do tutor ou responsável, se for o caso;

h) declaração ou Atestado Médico no qual conste Código da Doença (CID); extrato do PIS/PASEP, obtido junto à Caixa Econômica Federal; termo de Curatela para os incapazes, se for o caso; extrato do CNIS (Cadastro Nacional de Informação Social) e extrato de Negativa de Benefício – PESNOM, obtidos junto ao INSS;

i) no caso de pais, juntar pelo menos três provas que possam caracterizar a dependência econômica;

Art. 77. O processo de auxílio-reclusão deve ser instruído pelo(s) dependente(s) com os seguintes documentos:

I - requerimento;

II – atestado ou declaração de recolhimento do segurado à prisão;

IV - documento de identificação (Carteira de Identidade e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social);

V - Cadastro de Pessoa Física - CPF;

VI - Certidão de Nascimento dos filhos menores;

VII – certidão oficial de comprovação do recolhimento do segurado à prisão, que deve ser renovada a cada três meses.

Art. 78. O requerimento de benefício deve ser efetuado junto com os documentos indicados acima, conforme a espécie de processo administrativo, que são encaminhados para ao Diretor Executivo do EXTREMOZ - PREV, para exame prévio da documentação.

§1º Depois de efetuado o exame dos documentos e não faltando nada, deve ser encaminhado o processo para a assessoria jurídica do EXTREMOZ - PREV, para elaborar parecer.

§2º Se faltar algum documento, o servidor ou dependente deve ser notificado para, em trinta dias, juntar os documentos exigidos, sob pena de arquivamento do requerimento.

§3º Se for processo de aposentadoria por invalidez, o Diretor Executivo deve constituir Junta Médica oficial com dois médicos, pelo menos, para elaborar laudo circunstanciado da moléstia, encaminhando em seguida ao Presidente.

§4º Depois de concluído o processo de benefício de aposentadoria ou pensão, no âmbito do EXTREMOZ - PREV, o Presidente deverá emitir decisão e encaminhar o processo a Diretoria Previdenciária.

Art. 79. Os processos relativos a atos de concessão de aposentadoria e pensões, concedidos pelo EXTREMOZ - PREV, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, para fins de registro.

CAPÍTULO VI- DO ABONO DE PERMANÊNCIA E DO ABONO ANUAL

SEÇÃO I – DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 80. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos art. 35, 38 e 39, desta Lei, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

§1º O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, não constitui impedimento à concessão de benefício de acordo com outra regra vigente, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses, garantida ao servidor a opção pela regra mais vantajosa.

§2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade da Prefeitura do Município de Extremoz e será devido a partir da data do requerimento da prestação, conforme disposto no caput e § 1º, mediante opção expressa do servidor pela permanência em atividade.

§4º Cessará o direito ao pagamento do abono de permanência quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo.

§5º O pedido de abono de permanência deverá ser protocolado no Órgão de origem do servidor, sendo competência da Assessoria Jurídica deste ou Procuradoria do Município a emissão de Parecer conclusivo.

SEÇÃO II - DO ABONO ANUAL

Art. 81. O abono anual será devido ao segurado ou dependente que, durante o ano, tiver recebido algum dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei no EXTREMOZ - PREV.

Art. 82. O abono de que trata o artigo anterior será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo EXTREMOZ - PREV, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

TÍTULO IV – DA GESTÃO

CAPÍTULO I - DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 83. A previdência municipal estabelecida por esta Lei será custeada mediante recursos de contribuições compulsórias do Município, Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e outros Órgãos empregadores abrangidos por esta Lei e dos segurados e pensionistas, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos.

§1º O plano Anual de Custeio deverá ser elaborado por Assessoria Atuarial com registro no IBA-Instituto Brasileiro de Atuária.

§2º A Assessoria Atuarial, ao elaborar o Plano Anual de Custeio, deverá projetar as reservas de forma segregada, referente aos segurados e dependentes inativos, em data anterior à vigência desta Lei, para efeito de registro contábil, acompanhamento e controle de sua cobertura.

§3º Os recursos oriundos das contribuições previstas no *caput* deste artigo só poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração, prevista no art. 15, da Portaria MPS nº 402/2008.

§ 4º O EXTREMOZ - PREV poderá utilizar 2% (dois por cento) do valor total da remuneração dos servidores ativos e inativos, dos proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, no exercício anterior, para suas despesas administrativas,

§ 5º A taxa de administração de que trata o parágrafo anterior, será destinada da seguinte forma:

I – Exclusivamente para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do EXTREMOZ - PREV, inclusive para a conservação do seu patrimônio;

II – Na verificação da utilização dos recursos destinados à taxa de administração, não serão computadas as despesas diretamente decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros, conforme previsto em norma do Conselho Monetário Nacional;

III – O EXTREMOZ - PREV poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração;

IV – A aquisição, construção ou reforma de bens imóveis com os recursos destinados à taxa de administração restringem-se aos destinados ao uso próprio da unidade gestora, sendo vedada a utilização desses bens para investimento ou uso por outro órgão público ou particular, em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos no inciso I.

§ 6º O descumprimento dos critérios fixados nos incisos deste artigo, representará utilização indevida dos recursos previdenciários.

Art. 84. A arrecadação, o recolhimento e o repasse das contribuições previdenciárias devidas ao EXTREMOZ - PREV obedecerão ao disposto nesta Lei.

Art. 85. O Departamento de Pessoal ou o setor responsável pela elaboração e conclusão da folha de pagamento dos servidores efetivos ativos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Município e da Câmara Municipal deverá encaminhar à unidade gestora o referido documento contendo valor bruto, base de cálculo para a previdência do RPPS até o quinto dia útil de cada mês.

Art. 86. O EXTREMOZ - PREV, deverá elaborar Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS e encaminhar aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, Câmara Municipal, bem como à Secretaria de Finanças (ou tesouraria) até o décimo dia do mês subsequente ao da competência.

Art. 87. Com base nas Guias de Recolhimento emitidas pelo EXTREMOZ - PREV, os órgãos da administração direta, indireta e Câmara Municipal deverão efetuar a ele o repasse das contribuições previdenciárias, mediante transferência bancária, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da competência.

Art. 88. As contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas nos prazos fixados nesta Lei, sob pena de incidência de correção monetária e juros calculadas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso ou fração, sem prejuízo da responsabilização e demais penalidades legais.

Art. 89. É de plena responsabilidade do ente o pagamento das guias de contribuições patronais e repasse das contribuições dos segurados de que trata o artigo anterior, ficando o controle dos recolhimentos previdenciários a cargo do Diretor Executivo do EXTREMOZ - PREV.

Art. 90. Os pagamentos efetuados indevidamente pelos recursos do fundo previdenciário a título de benefícios previdenciários previstos nesta lei, depois de apurados, serão devolvidos ao EXTREMOZ - PREV.

Art. 91. A Prefeitura Municipal deve formalizar Convênio com o instituição financeira na qual o Estado do Rio Grande Norte distribui o Fundo de Participação do Município (FPM), para fins de retenção de parcela do, no dia 20 (vinte) do mês correspondente ao repasse, a ser autorizada pelo **Diretor Executivo** ou por deliberação da maioria absoluta do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal.

CAPITULO II - DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 92. São receitas do EXTREMOZ – PREV, em conformidade com a Avaliação Atuarial inicial:

I - A contribuição mensal compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas, incidente sobre a totalidade do salário de contribuição, inclusive sobre o Abono Anual, salário-maternidade, auxílio doença e auxílio reclusão no percentual de 11% (onze por cento).

II - A contribuição mensal compulsória da Administração Direta, indireta e Câmara Municipal do Município, no valor de 14% (quatorze por cento) da folha de pagamento dos servidores ativos, inclusive sobre o Abono Anual, incluindo nesta alíquota, a contribuição normal de 11% (onze por cento), a contribuição suplementar de 1% (hum por cento), esta destinada para amortização de eventuais déficits atuariais, e a taxa de administração de 2% (dois por cento);

III - Os rendimentos e juros provenientes da aplicação financeira e receitas patrimoniais dos recursos do EXTREMOZ - PREV;

IV - Doações, subvenções, legados e outras receitas.

V - Contribuições mensais dos aposentados e pensionistas, no valor de 11% (onze por cento) sobre o que exceder o teto dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS);

VI - Valores recebidos a título de compensação financeira;

VII - O abono anual será considerado para fins contributivos separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

VIII - Demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 1º Entende-se como salário de contribuição o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias pertinentes estabelecidas em Lei, dos adicionais de caráter individual e permanente, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, percebidas pelo segurado, exceto:

- a) as diárias para viagens;
- b) a ajuda de custo em razão de mudanças de sede;
- c) a indenização de transporte;
- d) o adicional pela prestação de serviço extraordinário ou qualquer serviço que não se encontre entre as atribuições do segurado;
- e) o auxílio alimentação;
- f) o auxílio-creche;
- g) o abono de permanência de que trata esta Lei;
- h) salário família
- i) outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em Lei, a exemplo do adicional de insalubridade.

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneradas percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, inclusive quando pagas por ente cessionário.

§ 3º As contribuições dos servidores em atividade e as previstas nos incisos I e II do *caput* deste artigo serão creditadas na conta do EXTREMOZ - PREV até o décimo quinto dia subsequente ao do mês da competência.

Art. 93. As contribuições previdenciárias previstas no artigo anterior serão revistas e fixadas anualmente no plano anual de custeio elaborado pela assessoria atuarial contratada pelo EXTREMOZ - PREV.

§ 1º Se o segurado vier a exercer cargo em comissão, a contribuição será calculada sobre o total da remuneração que perceberia se estivesse no exercício do seu cargo efetivo.

§ 2º Se o segurado vier a exercer cargo em substituição ou função gratificada ou a responder pelas atribuições de cargo vago, a contribuição será calculada sobre o total da remuneração correspondentes aos cargos efetivos do servidor.

§ 3º Na hipótese de acumulação permitida em Lei, a contribuição será calculada sobre os totais das remunerações correspondentes aos cargos efetivos acumulados.

§ 4º Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do Ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 94. Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, o cálculo da contribuição ao RPPS será feito com base na remuneração do cargo efetivo de que o servidor for titular, observado o disposto nos artigos seguintes.

Art. 95. Na cessão de servidores ou no afastamento para exercício de mandato eletivo em que o pagamento da remuneração ou subsídio seja ônus do cessionário ou do órgão de exercício do mandato, será de responsabilidade desse órgão ou entidade:

I - o desconto da contribuição devida pelo segurado;

II - o custeio da contribuição devida pelo órgão ou entidade de origem; e

III - o repasse das contribuições, de que tratam os incisos I e II, à unidade gestora do RPPS.

§ 1º Caso o cessionário ou o órgão de exercício do mandato, não efetue o repasse das contribuições à unidade gestora no prazo legal, caberá ao EXTREMOZ - PREV efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores.

§ 2º O termo, ato, ou outro documento de cessão ou afastamento do servidor com ônus para o cessionário ou o órgão de exercício do mandato, deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto,

recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS, conforme valores informados mensalmente pelo órgão ou entidade de origem.

§ 3º O disposto neste artigo se aplica a todos os casos de afastamento do cargo para exercício de mandato eletivo com ônus para o órgão de exercício do mandato, inclusive no caso de afastamento para o exercício do mandato de prefeito ou de vereador em que haja opção pelo recebimento do subsídio do cargo eletivo.

Art. 96. Na cessão ou afastamento de servidores sem ônus para o cessionário ou para o órgão de exercício do mandato, continuará sob a responsabilidade do órgão ou entidade de origem, o recolhimento e o repasse, à unidade gestora do RPPS, das contribuições correspondentes à parcela devida pelo servidor e pelo ente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de afastamento do cargo para exercício de mandato eletivo de prefeito ou de vereador em que haja opção pelo recebimento da remuneração do cargo efetivo de que o servidor seja titular.

Art. 97. Não incidirão contribuições para o RPPS do ente de origem, para o RPPS do ente cessionário ou de exercício do mandato, nem para o RGPS, sobre as parcelas remuneratórias não componentes da remuneração do cargo efetivo, pagas pelo ente cessionário ou de exercício do mandato, ao servidor cedido ou licenciado para exercício de mandato eletivo em outro ente federativo exceto na hipótese em que houver a opção pela contribuição facultativa ao RPPS do ente de origem, na forma prevista em sua legislação.

Art. 98. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração ou de subsídio pelo ente federativo, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições.

§ 1º A contribuição efetuada pelo servidor na situação de que trata o caput não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo para concessão de aposentadoria.

§ 2º O repasse da contribuição patronal, nas hipóteses previstas no caput, será de responsabilidade do segurado.

TITULO V – DA ESTRUTURA FINANCEIRA

CAPITULO I- DO PATRIMÔNIO E DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 99. O patrimônio do EXTREMOZ - PREV será autônomo, livre, desvinculado de qualquer outra entidade ou ente municipal e constituído de:

I - contribuições compulsórias da Administração Direta, indireta e Câmara Municipal; dos segurados e pensionistas;

II - receitas de aplicações de patrimônio;

III - produtos dos rendimentos, acréscimos ou correções provenientes das aplicações de seus recursos;

IV - compensações financeiras obtidas pela transferência das entidades públicas de previdência;

V - dotação, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

Parágrafo único. O exercício financeiro terá duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

Art. 100. Os recursos financeiros e patrimoniais do EXTREMOZ - PREV, garantidores dos benefícios por este assegurado serão aplicados, somente por intermédio de instituições financeiras oficiais.

§1º O EXTREMOZ - PREV aplicará o seu patrimônio no país, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional.

§2º As diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração orientam-se pelos seguintes objetivos:

- a) segurança dos investimentos;
- b) rentabilidade real compatível com as hipóteses atuariais;
- c) liquidez das aplicações para pagamento dos benefícios.

§3º As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS serão aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro em conformidade com regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§4º O total das aplicações dos recursos do EXTREMOZ - PREV em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do EXTREMOZ PREV.

§5º Devem ser observados requisitos mínimos para o processo de credenciamento, a ser revisto a cada doze meses, voltados à verificação da qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal das entidades aptas a atuar com o EXTREMOZ PREV, exigindo um período mínimo de dois anos para análise da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos dos fundos de investimento sob sua gestão ou administração.

§6º As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento deverão ser precedidas de atestado do Diretor Executivo do Extremoz PREV, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

Art. 101. Caberá ao Diretor Executivo a gestão do EXTREMOZ - PREV, ouvidos o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Art. 102. Os recursos a serem despendidos pelo EXTREMOZ - PREV, a título de despesas administrativas e de custeio de seu funcionamento, não poderão, em hipótese alguma, exceder o percentual fixado no plano anual de seu custeio, e nunca ultrapassarão o valor anual correspondente a dois por cento do valor total da remuneração, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do RPPS no exercício financeiro anterior.

Art. 103. O EXTREMOZ - PREV deverá manter os seus registros contábeis próprios, em plano de contas, que espelhe com fidelidade a sua situação econômico-financeira e patrimonial de cada exercício, evidenciando, ainda, as despesas e receitas previdenciárias, patrimoniais, financeira e administrativa, além de sua situação ativa e passiva, respeitando o que dispõe a legislação vigente.

Art. 104. O EXTREMOZ - PREV prestará contas mensalmente ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, ao Prefeito e à Câmara Municipal, respondendo seu Diretor Executivo pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

Art. 105. É vedado ao EXTREMOZ - PREV atuar como instituição financeira, conceder empréstimos, aval, aceite, bem como prestar fiança, ou obrigar-se de favor por qualquer outra forma.

Art. 106. No caso de licença do servidor, com redução de salário mensal, fundamentada por direito constante do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, as suas contribuições mensais, bem assim eventuais obrigações contidas com o EXTREMOZ - PREV que guardem proporção com seus vencimentos terão como base o último vencimento mensal recebido, em sua totalidade.

Art. 107. O Prefeito, o vice-prefeito e os vereadores não são considerados segurados do EXTREMOZ - PREV, não havendo, dessa forma, contribuição destes para o EXTREMOZ - PREV, salvo se, além da condição acima sejam, também, servidores públicos efetivos dos entes estatais do Município e obedeçam aos critérios de acumulação previstos na Constituição Federal.

CAPITULO II – DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS

Art. 108. Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcimento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município de Extremoz (patronal) ao Extremoz PREV, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008.

Parágrafo Único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 109. Para apuração do montante devido nos termos do artigo anterior, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 0,5% (meio por cento) , acumulados desde a data do vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º As parcelas vincendas serão atualizadas pelo INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento), acumulados desde a data da assinatura dos termos de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas pelo INPC, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 0,5% (meio por cento) desde a data da assinatura dos termos de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

§ 3º Os termos de acordo de parcelamento deverão ser acompanhados da declaração de sua publicação e de demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e os valores consolidados.

§ 4º Os termos de acordo de parcelamento deverão ser acompanhados da declaração de sua publicação e de demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e os valores consolidados.

§ 5º Os documentos discriminados no parágrafo anterior deverão ser encaminhados à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS do Ministério da Fazenda, na forma por ela definida, para apreciação de sua conformidade às normas aplicáveis.

§6º O Poder Executivo Municipal poderá, regressivamente, cobrar dos órgãos da Administração Pública direta e Indireta e do Poder Legislativo Municipal os valores que a cada um deles caibam no total do débito parcelado.

CAPÍTULO III - DO REGISTRO INDIVIDUALIZADO

Art. 110. O registro individualizado das contribuições do servidor titular de cargo efetivo terá os seguintes dados:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - salário de contribuição, mês a mês, do exercício financeiro anterior;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição do servidor do exercício financeiro anterior;

V - valores mensais e acumulados da contribuição do ente da federação do exercício financeiro anterior.

§1º O servidor será cientificado das informações constantes de seu registro individualizado mediante extrato anual de prestação de contas.

§2º O registro individualizado será um registro cadastral, que será consolidado para fins contábeis.

CAPÍTULO IV - DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS

Art. 111. O EXTREMOZ - PREV divulgará a presente Lei, assim como o material explicativo que descreve as características principais dos benefícios previdenciários e o plano de custeio.

Art. 112. O EXTREMOZ - PREV afixará no quadro de avisos existentes em sua sede o relatório anual de atividades contendo os pareceres dos Conselhos Deliberativos e Fiscal, da assessoria atuarial e dos auditores independentes juntamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior, para conhecimento dos seus segurados e dependentes.

CAPÍTULO V - DOS REGISTROS FINANCEIRO, CONTÁBIL E DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 113. O RPPS observará as normas de contabilidade pública específicas.

§1º A escrituração contábil do RPPS será distinta da mantida pelo tesouro municipal.

§2º O EXTREMOZ - PREV se sujeita às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 114. O controle contábil do RPPS será realizado pelo Extremoz PREV, que deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Secretaria de Política de Previdência do Ministério da Fazenda, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:

I - balanço orçamentário;

II - balanço financeiro;

III - balanço patrimonial;

IV - demonstração das variações patrimoniais.

§ 1º A escrituração obedecerá às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, e demais legislação.

§ 2º O Município adotará registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos direitos e ativos, inclusive dos investimentos e da evolução das reservas;

§ 3º as demonstrações contábeis poderão ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo RPPS.

Art. 115. O EXTREMOZ - PREV encaminhará a Secretaria de Política de Previdência do Ministério da Fazenda legislação do RPPS acompanhada do comprovante de publicação e alterações.

Parágrafo único - O EXTREMOZ - PREV também deverá encaminhar a Secretaria de Política de Previdência do Ministério da Fazenda, na forma e nos prazos definidos por este, os seguintes documentos:

- I – Demonstrativo das aplicações e investimentos dos recursos – DAIR;
- II - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA;
- III - Demonstrativos Contábeis;
- IV - Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN;
- V- Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR.

TITULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 116. O Poder Executivo e o Legislativo encaminharão mensalmente ao órgão gestor do RPPS relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações e contribuições respectivas.

Art. 117. O Município de Extremoz poderá, por lei específica, de iniciativa do Poder Executivo, instituir regime de previdência complementar ao RPPS para os seus servidores titulares de cargo efetivo, observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, no que couber, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§1º Somente após a aprovação da lei de que trata o *caput*, o município poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS) de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

§2º Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto neste artigo poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

Art. 118. Fica vedada a utilização dos fundos, reservas e provisões garantidores dos benefícios previdenciários para o pagamento de serviços assistenciais de qualquer espécie.

Art. 119. O Município de Extremoz deverá garantir integralmente, por meio do tesouro municipal, o pagamento dos benefícios já pagos atualmente pelo Município.

§1º O pagamento dos benefícios de que trata o *caput* deste artigo será realizado pelo EXTREMOZ PREV através de repasse efetuado mensalmente pelo Município no valor correspondente aos benefícios devidos.

§2º O repasse para pagamento dos benefícios já concedidos, citados no parágrafo anterior, deverão ser recolhidos ao Extremoz PREV até 72 (setenta e duas) horas antes da data fixada para o pagamento mensal dos servidores municipais.

Art. 120. As contribuições dos segurados, ativos e inativos, e dos pensionistas somente poderão ser exigidas depois de decorridos noventa dias da data da publicação desta lei.

Art. 121. O RPPS terá até 01 (um) ano para reorganizar seus arquivos de dados dos servidores públicos municipais, ao fim do qual iniciará a concessão de benefícios.

Art. 122. Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores à sua publicação.

Extremoz/RN, 19 de fevereiro de 2018.

JOAZ OLIVEIRA MENDES DA SILVA
Prefeito

AVALIAÇÃO ATUARIAL

ANO/MÊS BASE DEZEMBRO/2017 – EXERCÍCIO 2018.

EXERCÍCIO / 2018

Marcos Betttega de Loyola
Atuário - Miba 673 MTPS RJ
Tel.: (62) 9 8122-8557 Tim

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL, PARA O INSTITUTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE EXTREMOZ.

OBJETIVO

O presente relatório tem por objetivo de apresentar os resultados da Avaliação Atuarial do regime próprio de previdência social do Município e indicar as alíquotas contributivas, a serem aplicadas, necessárias e suficientes para teoricamente, cobrir os benefícios previstos na legislação municipal e federal dos atuais servidores ativos efetivos (excluindo-se os comissionados) e os servidores elegíveis ao regime e seus dependentes.

Com a Lei nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998, publicada no D. O. U. de 28.11.1998, ficou definida as regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS – Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que devem ser baseadas, em normas gerais de contabilidade e atuária, para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, em conformidade com a Portaria nº 403, de 10 de dezembro de 2008, publicada no D. O. U., de 11/12/2008 e republicada no D. O. U. de 12/12/2008.

No que concerne ao equilíbrio atuarial, deverá ser realizada a Avaliação Atuarial inicial e as reavaliações anuais por entidade independente ou Atuários independentes, legalmente registrados no Instituto Brasileiro de Atuária, que deverão utilizar os parâmetros gerais legais, para cada organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

Atendendo o disposto na legislação federal, em especial a Lei nº. 9.717/98; a Avaliação ou Reavaliação Atuarial apresenta os resultados, de uma forma bem objetiva do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, do indicando as alíquotas contributivas do Ente e do Servidor Ativo Efetivo (excluindo-se os comissionados), inativo e pensionista (assistidos pelo regime próprio de previdência municipal).

Em observância a Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, determina a aplicação de alíquotas mínimas, para servidores ativos efetivos, inativos e pensionistas, ou seja, o valor mínimo dos servidores ativos efetivos municipais e estaduais, não poderá ser inferior a alíquota aplicada aos servidores ativos efetivos da União, conforme art. 4º, que estabelece em 11% (onze por cento) e o art. 2º da Lei nº. 9.717/98 e a nova redação da Lei nº. 10.887/2004 define que as alíquotas dos entes de quaisquer dos Poderes da União também não poderão ser inferiores a 11 % (onze por cento).

Como podemos observar no resultado desta Avaliação Atuarial, em determinado momento, ou seja, neste instante é definida matematicamente a situação atual das reservas matemáticas (diferença entre o valor atual dos compromissos previdenciários do RPPS menos o valor atual dos futuros pagamentos das contribuições previdenciárias do RPPS) e se as mesmas estão garantindo os benefícios constantes, da Legislação Municipal e Federal e existindo Superávit ou Déficit, o valor será quantificado.

Foram adotados os critérios da Portaria nº. 403, de 10 de dezembro de 2008, das Normas Atuariais e das Novas Instruções para Preenchimento a partir do DRAA 2012, face características do Município.

Aplicar-se-á, sempre que couber a legislação existente para as Entidades Fechadas de Previdência Privada.

PREMISSAS UTILIZADAS

O estudo foi desenvolvido utilizando-se as seguintes premissas:

Premissas	Histórico
Data da Avaliação	domingo, 28 de janeiro de 2018
Data Base de Cálculo	domingo, 31 de dezembro de 2017
Data da Criação do RPPS	31/12/2017
Data da Reformulação	31/12/2016
Data da Alteração da Alíquota	31/12/2017
Composição Familiar	Cônjuge
Índice de Atualização	I P C A
Taxa Anual de Juros	6,00%
Taxa Anual de Crescimento Salarial	1,00%
Taxa de Rotatividade	Nula
Projeção de Crescimento Real Salário Produtividade	1%
Projeção Real dos Benefícios do Plano	1,00%
Fator Determinante Vlr Real Longo - Salários	100%
Fator Determinante Vlr Real Longo - Benefícios	100%
Taxa Despesas Administrativas	2%
Tempo de Financiamento do Custo Suplementar (em anos)	34
Início de Contribuição a Previdência Social	Mínima 18 anos
Diferença de Idade do Servidor/Cônjuge	Homem / Cônjuge - 5 anos e Mulher / Cônjuge + 5 anos
Salário Mínimo Federal Vigente na Data Base	R\$ 954,00
Salário Teto Federal Vigente na Data Base	R\$ 5.645,00
Contribuição do Servidor Ativo Efetivo	Sim
Contribuição do Patronal	Sim
Novos Entrados	Não Considerados
Compensação Previdenciária	Vlr Estimado de Compensação entre Regimes
Veracidade Sobre a Base de Dados	Única e exclusivamente do Município provedor das informações
Meta Atuarial - Política de Investimentos	Resultado mínimo ideal = IPCA + 6 % a.a.

NOTA TÉCNICA ATUARIAL

1. OBJETIVO

A presente Nota Técnica espelha a obrigatoriedade determinada em Portaria do MPS e, tem por objetivo de apresentar os resultados atuariais decorrentes da Avaliação Atuarial do regime próprio de previdência social do Município, relativa ao **RPPS** e, indicando as alíquotas contributivas, a serem aplicadas, necessárias e suficientes para teoricamente, cobrir os benefícios previstos na legislação municipal e federal dos atuais servidores ativos efetivos (excluindo-se os comissionados) e os elegíveis ao regime e seus dependentes.

Elenco de benefícios previstos na Previdência Municipal e com base na Portaria MPAS 402/2008 e sucedâneas.

São os seguintes os benefícios previstos na atual legislação previdenciária municipal e que darão coberturas aos servidores ativos efetivos, ***não incluso àqueles de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração***, que pela legislação federal estão amparos pelo RPPS:

- .1) - Aposentadoria ordinárias
- .2) - Aposentadoria por invalidez permanente;
- .3) - Aposentadoria compulsória por implemento de idade;
- .4) - Pensão por morte em atividade;
- .5) - Pensão por morte em inatividade;
- .6) - Auxílios estabelecidos pela Legislação Municipal de Previdência

Regras mínimas de Concessão dos Benefícios Previdenciários

As regras de concessão dos benefícios previdenciários estão de acordo com as Emendas Constitucionais nº 20 de 15 de dezembro de 1998, nº 41 de 19 de dezembro de 2003, nº 47 de 05 de julho de 2005, nº 70 de 29 de março de 2012 e nº 88 de 07 de maio de 2015 e a Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, Medida Provisória nº 167 convertida na Lei nº 10.887 de 18 de julho de 2004 e Lei nº 9.796 de 5 de maio de 1999.

2. HIPOTHESES BIOMETRICAS, DEMOGRAFICAS, FINANCEIRAS E ECONOMICAS

2.1 Hipóteses não Biométricas:

- a) Taxa de juros: *6% ao ano*;
- b) Taxa real de crescimento salarial por mérito: *1,00% ao ano*, considerado como crescimento máximo dado pela amplitude de cada carreira. Esta hipótese é necessária, pois o método exigido é o de unidade de crédito que exige uma única taxa de evolução dos salários ou outros métodos explicitados em Legislação.
- c) Reposição dos servidores: Será informada pelo Ente Federativo, caso nada seja informado será usada a opção de não reposição;
- d) *Projeção* de crescimento Real dos Salários por produtividade: nula a não ser que a mesma seja informada pelo ENTE;
- e) Rotatividade: *nula*;
- f) Custos administrativos: ***foram incluídos no custeio de forma independente***;

g) *Projeção de crescimento real dos benefícios do plano: Considerando o disposto no artigo 8º da Portaria 403/2008, o crescimento será nula (0%);*

h) *Fator de determinação ao longo do tempo do valor real dos salários: 100%.*

i) *Fator de determinação ao longo do tempo do valor real dos benefícios: 100%.*

2.2 Tábuas Biométricas

a) Mortalidade Geral: IBGE/2012

b) Mortalidade de Inválidos: IBGE/2012;

c) Entrada em Invalidez: ÁLVARO VINDAS;

d) Mortalidade de Ativos: IBGE/2012;

e) Composição familiar: Conforme definição extraída curso de “Avaliação Atuarial de EFPP” ministrado pelo Instituto Brasileiro de Atuária em Abril de 1989, verbis “Quando o plano do Fundo de Pensão prevê o pagamento de um benefício de renda mensal por morte do segurado aos dependentes habilitados é preciso estudar a composição média da família dos segurados. Torna-se necessário estabelecer para cada idade uma família associada. Assim um segurado de idade x tem uma família composta de uma esposa ou companheira de idade y e 2 dependentes de idade z_1 e z_2 e assim por diante. Com base nessas famílias padrões, associadas à cada idade se estabelece o compromisso que um segurado deixará em relação aos dependentes habilitados se falecer com a idade de, por exemplo, x anos. “.

No caso da presente avaliação a hipótese de composição familiar é de esposa (o) ou companheira(o) .

O plano de custeio foi elaborado em percentual da folha total de remuneração dos servidores, e, para sua apuração, utilizou-se:

.1 – Juros atuarial: Calculado à taxa de juros de 6% ao ano;

.2- Custo normal puro, expresso em percentual da folha total de remuneração dos servidores. O custo normal deve ser entendido como o custo do regime, plano ou benefício.

3 - Regimes de Financiamento adotados.

Os regimes financeiros adotados na avaliação atuarial estão compatíveis com aqueles previstos no Anexo I, item III da Portaria MPAS/SPS nº7.796 de 28/8/2000 e suas sucedâneas:

3.1 - Para as aposentadorias ordinárias, ou seja, por tempo de serviço ou idade com reversão em pensão por morte e pensão por morte:

Regime Financeiro de Capitalização: Caracteriza-se por ser um regime que cobra dos segurados contribuições constantes em função da idade e tempo de serviço, que deverão ser acumuladas e capitalizadas no tempo, capaz de cobrir todas as despesas futuras decorrentes deste evento.

Método Atuarial de Crédito Unitário Projetado: define-se como sendo o valor do benefício a que se tem direito feito, ao longo da vida laborativa do filiado ao regime de previdência social. Adotamos na determinação do benefício anual de sobrevivência o valor que o segurado teria como base no salário anual projetado para ser recebido no momento futuro de sua aposentadoria. Determina-se, então o montante dos compromissos totais. Deste total é subtraído o montante total dos recursos financeiros disponíveis como garantia dos benefícios a serem concedidos. Esse resto é financiado em parcelas anuais, constantes, pelo prazo médio de permanência dos filiados ao regime. Deve-se observar que este método não gera, em hipótese nenhuma, superávit ou déficit e sim uma oscilação de taxas de custeio ao longo dos anos.

3.2 - Regime de Repartição de Capitais de Cobertura

Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte de Ativo: são financiados pelo Regime de Capitais de Cobertura, onde a taxa pura do regime é determinada com o objetivo de produzir receitas no exercício, por tratar-se de um benefício de risco, com baixa taxa de ocorrência e duração e de prestação continuada, cujo valor equivale a remuneração do servidor, sendo um benefício de valor considerado:

3.3 - Auxílios, Salário Família e Maternidade em Geral:

Regime Financeiro de Repartição Simples: caracteriza-se por apurar a cada ano o valor presente dos compromissos que se iniciarão neste exercício e é este valor que deve ser arrecadado e passa a integrar o plano de custeio.

Massa estacionária: Considera-se massa estacionária aquela onde não há probabilidade de ocorrência de eventos futuros, como as saídas por morte ou invalidez.

Devemos ressaltar que o estacionamento ocorre em Regimes Previdenciários onde não existe uma flutuação muito grande da massa em relação às despesas previstas e a um conjunto de parâmetros utilizados na determinação dos benefícios que não devem oscilar muito.

Custos dos benefícios estruturados na modalidade de Repartição Simples

$$\text{Auxílio Doença - } \text{CNAUXD} = \frac{\sum_{i=1}^3 \text{benefícios pgos}}{\sum \text{salários dos parti}} \cdot 3, \text{ sendo } i \text{ os últimos 3 anos}$$

$$\text{Salário família - } \text{CNSALFAM} = \frac{\sum_{i=1}^3 \text{benefícios pgos}}{\sum \text{salários dos parti}} \cdot 3, \text{ sendo } i \text{ os últimos 3 anos}$$

$$\text{Salário maternidade - } \text{CNSALMAT} = \frac{\sum_{i=1}^3 \text{benefícios pgos}}{\sum \text{salários dos parti}} \cdot 3, \text{ sendo } i \text{ os últimos 3 anos}$$

$$\text{Auxílio Reclusão - } \text{CNAUXREC} = \frac{\sum_{i=1}^3 \text{benefícios pgos}}{\sum \text{salários dos parti}} \cdot 3, \text{ sendo } i \text{ os últimos 3 anos}$$

4 - Compensação Previdenciária

A Compensação Previdenciária será calculada a base 10% do Valor Atual dos Benefícios Futuros como limite máximo, atendendo à determinação do Artigo 11 da Portaria 403/2008.

5 - Despesas Administrativas

A despesas Administrativas, **inclusa de forma independente**, no plano de custeio, com base na legislação em vigor deverá ser de no máximo 2% da folha salarial dos servidores ativos, inativos e pensionistas, conforme determina o art. 15 da Portaria MPAS 403/2008.

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA CADA BENEFÍCIO

Crítérios utilizados na comutação de duas vidas (x e y):

Fixar em $l_{xy} = 100.000$

$$l_{xy+1} = (1 - q_x) \cdot (1 - q_y) \cdot l_{xy} \quad \text{ou} \quad l_{xy+1} = \left[1 - (q_x + q_y - q_x \cdot q_y) \right] l_{xy}$$

$$D_{xy} = v^x \cdot l_{xy} \quad e \quad N_{xy} = \sum_{t=0}^{\infty} D_{xy+t} \quad \ddot{a}_{xy} = \frac{N_{xy}}{D_{xy}}$$

Valor Atual dos Salários Futuros - VARF:

$$VARF = 13 \times \text{Rem} \times a_{x:n}^{aa} \times FC$$

$$a_{x:n}^{aa} = \frac{N_{x+1}^{aa} - N_{x+n+1}^{aa}}{D_x^{aa}}$$

Fluxo do Valor Atual dos Salários Futuros:

$$VARF = 13 \times \text{Rem} \times a_{x:n}^{aa} \times FC$$

Pelo Fluxo

$$VARF = VPL \left[i ; \sum_{t=1}^n 13 \times R \times \frac{l_{x+t}^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1+cr)^t \times FC \right]$$

com

O VPL (Vide célula "i5", na planilha) será aplicado à sequência formada pelo desenvolvimento do somatório acima, sendo:

$$P/2015 = 13 \times R \times \frac{l_{x+1}^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1+cr)^1 \times FC$$

$$P/2016 = 13 \times R \times \frac{l_{x+2}^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1+cr)^2 \times FC \dots$$

...

Alternativamente, em vez do VPL, pode-se usar a função SomarProduto (Vide célula "i6", na planilha)

R = Remuneração

cr = crescimento da remuneração

FC = fator de capacidade

BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA – MÉTODO PUC

Valor atual do Benefício Futuro -

$$VABF = 13 \times B \times {}_rE_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

Pelo Fluxo

$$VABF = VPL \left[i ; 13 \times B \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1+cb)^t \times FC \right]_{t=0}^{\infty} \times (1+i)$$

B = Benefício

cb = crescimento do benefício

FC = fator de capacidade

Valor atual do Reserva Não Fundada – Custo suplementar

$$PMBaC = \frac{VABF}{TST} \times TS$$

Valor atual do Benefício Futuro Líquido

$$VABFLiq = 13 \times (B - C) \times {}_rE_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

Valor atual da Contribuição

$$VACF = VABFLiq - PMBAC$$

Fluxo do Valor Atual das Contribuições Futuras **Aposentadoria – VACFaC:**

$$VACF = 13 \times C \times {}_rE_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

Pelo Fluxo

$$VACF = VPL \left[i ; 13 \times C \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1 + cb)^t \times FC \right]_{t=0}^{\infty} \times (1 + i)$$

C = Contribuição

cb = crescimento do benefício

FC = fator de capacidade

Fluxo do Valor Atual do Benefício Futuro Líquido **Aposentadoria – VABFaC Líq:**

$$VABFLiq = 13 \times (B - C) \times {}_rE_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

Pelo Fluxo

$$VABFLiq = VPL \left[i ; 13 \times (B - C) \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1 + cb)^t \times FC \right]_{t=0}^{\infty} \times (1 + i)$$

B = Benefício

C = Contribuição

cb = crescimento do benefício

FC = fator de capacidade

Fluxo do Valor Atual das Contribuições Futuras do Servidor **Aposentadoria – VACFaC Servidor:**

$$VACF = p_s \times CNA_{x+t} \times (TST - TS)$$

Custo Normal

$$CNA_{x+t} = \frac{VABFLiq_{x+t}}{TST}$$

Valor Atual dos Benefícios Futuras Líquidas

$$VABFLiq = 13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

Valor Atual das Contribuições Futuras do Servidor

$$VACF = p_s \times \frac{13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC}{TST} \times (TST - TS) \text{ te Aposentadoria - VACFaC:}$$

$$VACF = p_e \times CNA_{x+t} \times (TST - TS)$$

Pelo Fluxo

$$VACF = VPL \left[i ; p_s \times \frac{13 \times (B - C) \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1+i)^{r-x} \times \sum_{t=0}^{\infty} \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1+cb)^t \times FC}{TST} \right]_{TS}^{TST} \times (1+i)$$

Custo Normal

$$CNA_{x+t} = \frac{VABFLiq_{x+t}}{TST}$$

$$VABFLiq = 13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

$$VACF = p_e \times \frac{13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC}{TST} \times (TST - TS)$$

Pelo Fluxo

$$VACF = VPL \left[i ; p_e \times \frac{13 \times (B - C) \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1+i)^{r-x} \times \sum_{t=0}^{\infty} \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1+cb)^t \times FC}{TST} \right]_{TS}^{TST} \times (1+i)$$

Fluxo da Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder -

Aposentadoria PMBaC:

$$VABFLiq = VPL \left[i ; 13 \times (B - C) \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1 + cb)^t \times FC \right]_{t=0}^{\infty} \times (1 + i)$$

-

$$VACF = VPL \left[i ; 13 \times C \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1 + cb)^t \times FC \right]_{t=0}^{\infty} \times (1 + i)$$

-

$$VACF = VPL \left[i ; p_e \times \frac{13 \times (B - C) \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1 + i)^{r-x} \times \sum_{t=0}^{\infty} \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1 + cb)^t \times FC}{TST} \right]_{TS}^{TST} \times (1 + i)$$

Benefício em Repartição de Capital de Cobertura

Pensão por Morte de Ativos:

Comutação de Benefício a Conceder **Pensão – VABFaC, PMBaC e VACFaC:**

$$CNPEN = 13 \times (B - C) \times \ddot{a}_y \times q_x \times FC$$

Onde

$(B - C)$ – É o benefício (igual a remuneração do servidor) menos a contribuição calculada acima do teto previdenciário.

\ddot{a}_y - renda certa de um cônjuge 5 anos mais novo ou mais velho;

q_x - probabilidade de um indivíduo do sexo masculino ou feminino falecer na idade x;

FC - Fator de capacidade salarial definida em 100%

Aposentadoria por Invalidez

O valor atual dos custos dos benefícios futuros de Aposentadoria por Invalidez será apurado por RCC:

$$CNINV = 13 \times (B - C) \times \ddot{a}_x^i \times i_x \times FC$$

SENDO CONSIDERADO PUC PARA PENSÃO POR MORTE DE ATIVO, A METODOLOGIA É A SEGUINTE:

COMUTAÇÃO

$$VABF = 13 \times B \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

$$PMBaC = \frac{VABF}{TST} \times TS$$

$$VACF = VABFLiq - PMBAC$$

$$CNA_{x+t} = \frac{VABFLiq_{x+t}}{TST}$$

$$VACF = CNA_{x+t} \times (TST - TS)$$

$$VABF_x = 13 \times BENPROJ_x \times_{r-x} E_x^{aa} \times H_r$$

$$H_r = 90\% \times (\ddot{a}_y - \ddot{a}_{xy})$$

$$PMBaC_x = \frac{VABF_x \times TS}{TS\ TOTAL}$$

$$VACF_x = PMBaC_x - VABF_x$$

$$CUSTO\ NORMAL_x = \frac{VABF_x - VACF_{ContribBenef}_x}{TS\ TOTAL}$$

$$VABF = 13 \times B \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

Pelo Fluxo

$$VABF = VPL \left[i ; 13 \times B \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1+cb)^t \times FC \right]_{t=0}^{\infty} \times (1+i)$$

B = Benefício

cb = crescimento do benefício

FC = fator de capacidade

$$VACF = 13 \times C \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

Pelo Fluxo

$$VACF = VPL \left[i ; 13 \times C \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1+cb)^t \times FC \right]_{t=0}^{\infty} \times (1+i)$$

$C = \text{Contribuição}$

$cb = \text{crescimento do benefício}$

$FC = \text{fator de capacidade}$

$$VACF = p_s \times CNA_{x+t} \times (TST - TS)$$

$$CNA_{x+t} = \frac{VABFLiq_{x+t}}{TST}$$

$$VABFLiq = 13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

$$VACF = p_s \times \frac{13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC}{TST} \times (TST - TS)$$

Pelo Fluxo

$$VACF = VPL \left[i ; p_s \times \frac{13 \times (B - C) \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1+i)^{r-x} \times \sum_{t=0}^{\infty} \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1+cb)^t \times FC}{TST} \right]_{TS}^{TST} \times (1+i)$$

VACF ENTE

$$VACF = p_e \times CNA_{x+t} \times (TST - TS)$$

$$CNA_{x+t} = \frac{VABFLiq_{x+t}}{TST}$$

$$VABFLiq = 13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC$$

$$VACF = p_e \times \frac{13 \times (B - C) \times_r E_x^{aa} \times \ddot{a}_r \times FC}{TST} \times (TST - TS)$$

Pelo Fluxo

$$VACF = VPL \left[i ; p_e \times \frac{13 \times (B - C) \times \frac{l_r^{aa}}{l_x^{aa}} \times (1+i)^{r-x} \times \sum_{t=0}^{\infty} \frac{l_{x+t}}{l_x} \times (1+cb)^t \times FC}{TST} \right]_{TS}^{TST} \times (1+i)$$

$(B - C)$ – É o benefício igual a remuneração do servidor) menos a contribuição calculada acima do teto previdenciário.

$\ddot{a}_{x:5}^i$ = renda certa de invalidez de um cônjuge 5 anos mais novo ou mais velho \dot{l}_x ,

\dot{l}_x - probabilidade de um indivíduo do sexo masculino ou feminino estar inválido na idade

FC - Fator de capacidade salarial definida em 100%

x : idade do participante na data da avaliação;

y : idade do cônjuge na data da avaliação;

13: frequência de pagamentos dos benefícios

PC: porcentagem de casados na idade de aposentadoria;

PB: porcentagem de continuação do benefício de aposentadoria para o cônjuge;

B: valor do benefício mensal;

C – Contribuição do servidor acima do teto previdenciário;

px : probabilidade de uma pessoa em qualquer estado de idade x sobreviver no decorrer do ano, entre as idades x e $x+1$;

qx : probabilidade de uma pessoa em qualquer estado de idade x falecer no decorrer do ano, entre as idades x e $x+1$;

\ddot{a}_y - renda certa antecipada de um cônjuge 5 anos mais novo ou mais velho;

$\ddot{a}_{x:5}^i$ = renda certa antecipada de invalidez de um cônjuge 5 anos mais novo ou mais velho \dot{l}_x ;

- renda vitalícia antecipada de um válido diferida de n anos;

$a_{x:n}^{aa}$

${}_rE_x^{aa}$ - fator de renda de um indivíduo válido na idade x e diferido de r anos;

TST – Tempo total de serviço de um servidor;

TS – Tempo de serviço do servidor na época da avaliação;

K - diferimento;

$VARF$ - valor atual dos salários futuros;

$VABF$ - Valor atual dos Benefícios Futuros;

$VACF$ - Valor atual das contribuições Futuras;

$CNPEN$ - Custo Normal das pensões por morte de ativos;

$CNINV$ - custo normal das aposentadorias por invalidez;

VPL - valor presente líquido.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A despesas Administrativas, **não inclusa**, no plano de custeio, com base na legislação em vigor deverá ser até 2% da folha salarial dos servidores ativos, inativos e pensionistas, conforme determina o art. 15 da Portaria MPAS 403/2008.



Marcos Bettega de Loyola
Atuário 673 – MTPS RJ

RESERVA E PROVISÕES MATEMÁTICAS ATUARIAIS

Com base no critério estabelecido na Portaria MPS 403 de 10 de dezembro de 2008, concluímos o seguinte:

Código	Discriminação	Valor
1.2.2.0.0.00.00	RESERVAS TÉCNICAS (CARTEIRA DE INVESTIMENTOS)	R\$ 0,00
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAL PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 64.240.435,38
2.2.7.2.1.03.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (=)	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias e Pensões	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente (-)	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições dos Servidores Inativos (-)	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições dos Pensionistas (-)	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários (-)	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER (=)	R\$ 64.240.435,38
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias e Pensões	R\$ 151.565.938,04
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente (-)	R\$ 36.077.872,88
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições dos Servidores Ativos (-)	R\$ 36.091.035,97
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária (-)	R\$ 15.156.593,80
2.2.7.2.1.04.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (-)	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.05.00	PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-R\$ 64.240.435,38
2.2.7.2.1.05.98	Outros Créditos	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.07.98	Outras provisões atuariais para ajusta do Plano	R\$ 0,00
Superávit / (Déficit) Atuarial		-R\$ 64.240.435,38

Observação: Com a implementação em Lei do Equacionamento do Déficit Atuarial, validará o lançamento do Plano de Amortização acima, referente a conta código 2.2.7.2.1.05.00

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL - BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
	GRUPO FECHADO Geração Atual	Gerações Futuras	GRUPO ABERTO Consolidado
DESCRIÇÃO	VALORES	VALORES	VALORES
(*) VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	333.983.496,67		333.983.496,67
ATIVO	-		-
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme DAIR	-		-
Créditos a receber conforme atr. 17, §5º da Portaria MPS 403/2008	-		-
Propriedades para investimentos (imóveis)	-		-
Direitos sobre royalties	-		-
Bens, direitos e demais ativos	-		-
PMBC	-		-
VABF - CONCEDIDOS	-		-
(-) VACF - CONCEDIDO ENTE	-		-
(-) VCCF - CONCEDIDO APOSENTADOS E PENSIONISTAS	-		-
PMBaC	79.397.029,18		79.397.029,18
VABF - A CONCEDER	151.565.938,04		151.565.938,04
(-) VACF - A CONCEDER - ENTE	(36.077.872,88)		(36.077.872,88)
(-) VACF - A CONCEDER - SERVIDORES EM ATIVIDADE	(36.091.035,97)		(36.091.035,97)
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	79.397.029,18		79.397.029,18
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	15.156.593,80		15.156.593,80
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	-		-
RESULTADO ATUARIAL:			

(Déficit Atuarial, Superavit Atuarial ou Equilíbrio Atuarial)	(64.240.435,38)		(64.240.435,38)
Parâmetros e critérios utilizados no cálculo dos compromissos dos novos entrantes que integrarão as massas de segurados das gerações futuras			
Descrição:			
Descrição: A GF será avaliada considerando a massa dos servidores ativos efetivos da GA, quando entraram no serviço público com as mesmas características iniciais de entrada. Ficam mantidas as condições de salários e tempo anterior adotado na avaliação da GA, foram considerados as mesmas premissas da Nota Técnica da GA, para realização dos cálculos.			

ACÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL:

A Prefeitura vem realizando ações para estruturar o regime previdenciário, no que concerne às obrigações futuras, contratando os serviços atuariais para realizar Avaliação Atuarial, cujos resultados estão detalhados no presente.

Os resultados apurados nesta avaliação seguiram as condições e normas previstas, na Legislação de 27 de novembro de 1998, ou seja, a Lei 9.717/98 e Portaria nº. 7.796, de 28 de agosto de 2000, com base nas Emendas Constitucionais e dá cobertura ao conjunto de benefícios hoje existente no regime previdenciário do Município, considerando a última remuneração do servidor como sendo salário de benefício para efeito de inatividade, tendo como base o cadastro de servidores apresentado pelo Município.

Destacamos **quando o tempo de serviço anterior não for informado**, será estimado, conforme permite o § 2º Seção IV da Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008, ou seja, que todos iniciaram sua atividade laboral com no mínimo **18 anos**.

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

A Lei Municipal nº 0 de 31/12/2017 alterada pelas Leis Municipais nºs 0 e 0 de 31/12/2016 e 31/12/2017 estabelecem o plano de benefício e custeio do regime.

A contribuição vigente para os servidores ativos efetivos é recolhida de acordo com o seguinte quadro, com base na folha de pagamento de

31/12/2017

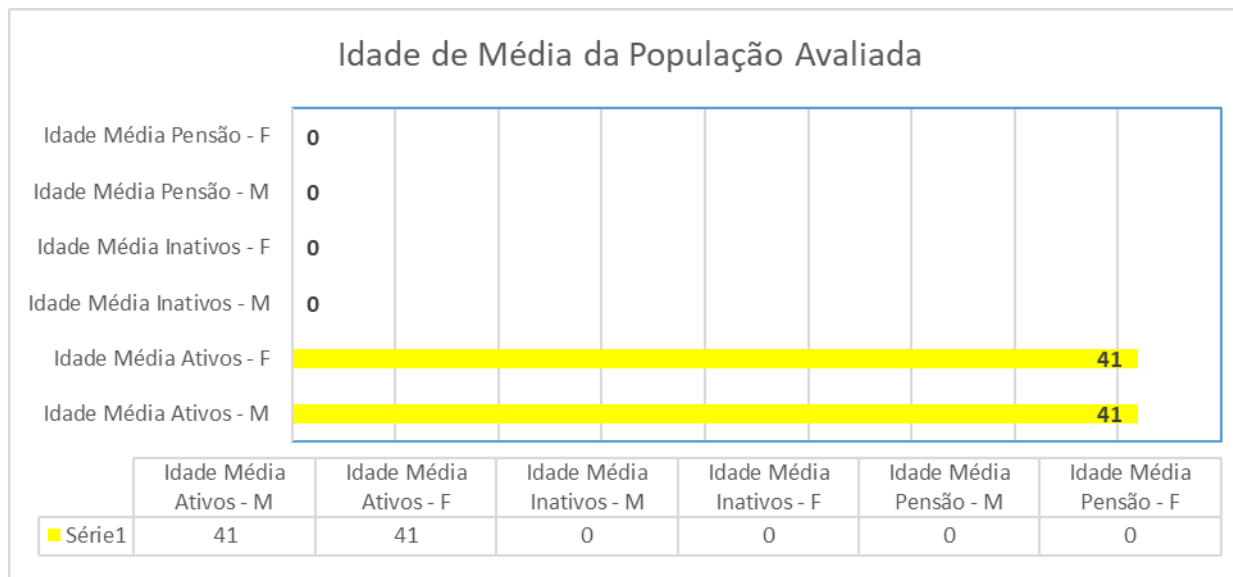
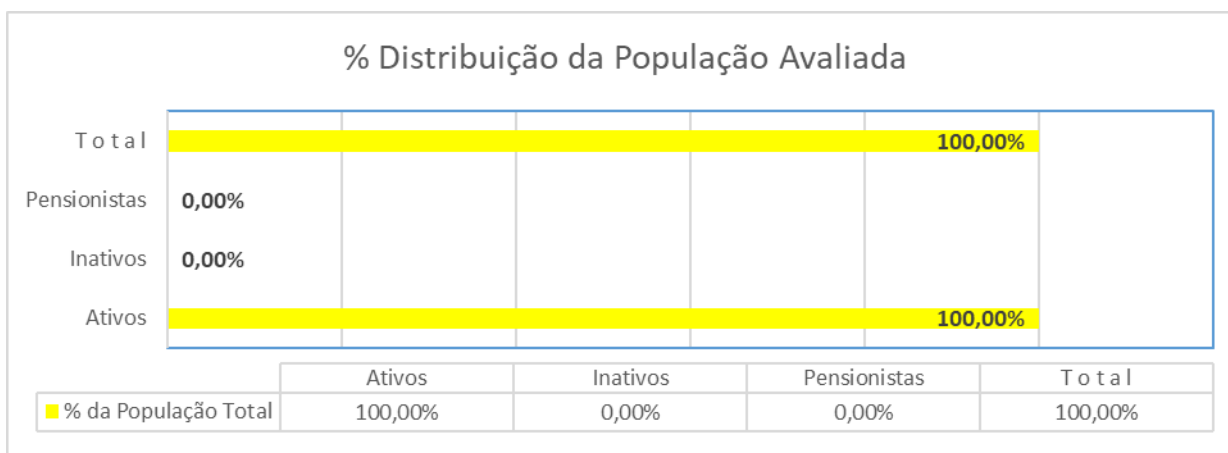
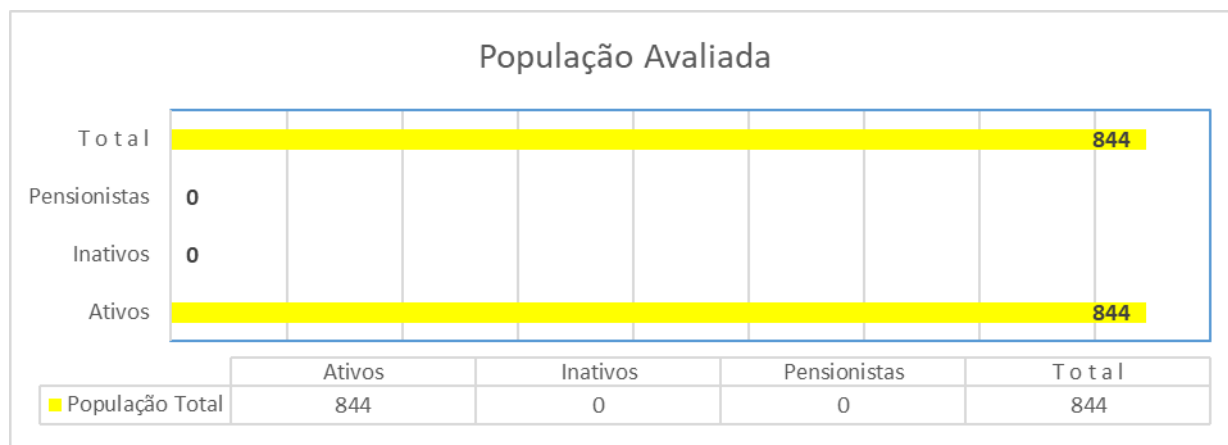
BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

A Lei Municipal nº	0	de	31/12/2017	alterada pelas Leis Municipais
nºs	0	e	0	de 31/12/2016 e 31/12/2017 estabelecem
o plano de benefício e custeio do regime.				
A contribuição vigente para os servidores ativos efetivos é recolhida de acordo com				
o seguinte quadro, com base na folha de pagamento de				31/12/2017

Quanto à **veracidade das informações** cabe, única e exclusivamente, ao Município provedor das informações, tendo em vista que, normalmente, o **Atuário não tem acesso** aos

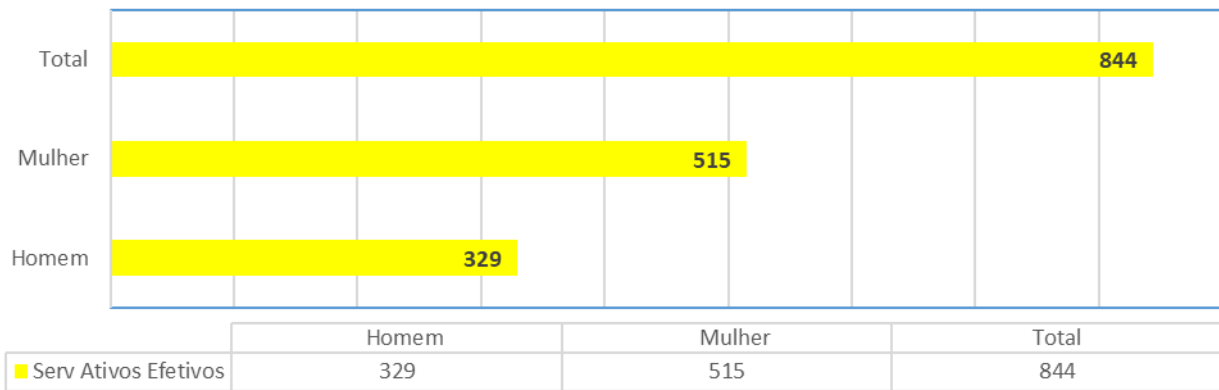
dados e elabora o estudo atuarial com base nos dados informados pela Prefeitura / RPPS / Consultoria Previdenciária e outros, não tendo nenhuma responsabilidade por dados incorretos.

POPULAÇÃO DEMOGRÁFICA AVALIADA

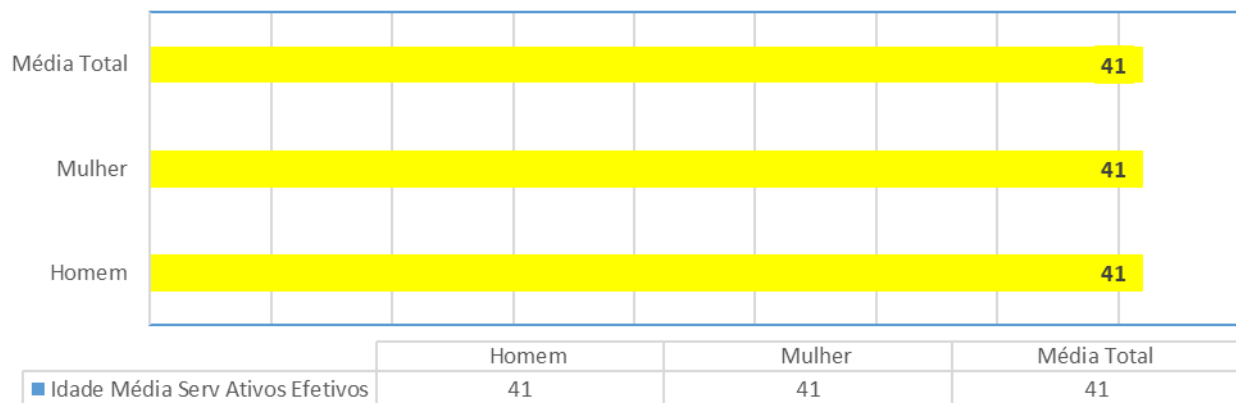


ESTATÍSTICA DA MASSA DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS

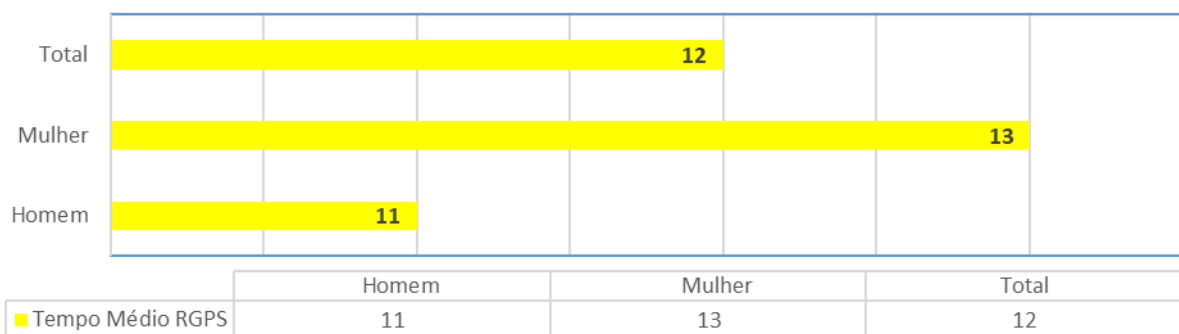
População de Servidores Ativos



Idade Média dos Servidores Ativos



Tempo Médio dos Servidores Ativos Efetivos de RGPS



Tempo Médio dos Servidores Ativos Efetivos de RPPS

Média Total	0									
Mulher	0									
Homem	0									
		Homem			Mulher			Média Total		
■ Tempo de RPPS		0			0			0		

Tempo Médio dos Servidores Ativos Efetivos de Serviço no Ente/Prefeitura

Total	9								
Mulher	8								
Homem	10								
		Homem			Mulher			Total	
■ Tempo Médio Ente		10			8			9	

Salário Médio dos Servidores Ativos Efetivos

Média Total	R\$ 2.649,19								
Mulher	R\$ 3.045,38								
Homem	R\$ 2.029,00								
		Homem			Mulher			Média Total	
■ Salário Médio		R\$ 2.029,00			R\$ 3.045,38			R\$ 2.649,19	

Folha Salarial Total dos Servidores Ativos Efetivos

Total	R\$ 2.235.912,53		
Mulher	R\$ 1.568.373,09		
Homem	R\$ 667.539,44		
	Homem	Mulher	Total
■ Folha Salarial Total	R\$ 667.539,44	R\$ 1.568.373,09	R\$ 2.235.912,53

Situação dos Servidores Inativos

Total	0								
Invalidez	0								
Compulsório	0								
Idade	0								
Tempo Contribuição	0								
■ Situação dos Concedidos	0	0	0	0	0				
	Tempo Contribuição	Idade	Compulsório	Invalidez	Total				

BENEFÍCIOS FUTUROS (A CONCEDER E CONCEDIDOS)

Considerando a população analisada, os benefícios futuros foram calculados, chegando-se ao total de:

Vlr Presente Total dos Benefícios Futuros

Total	R\$ 151.565.938,04					
Concedido	Intervalo					
	R\$ 0,00					
Conceder	R\$ 151.565.938,04					
	Conceder		Concedido		Total	
■ Vlr dos Benefícios	R\$ 151.565.938,04		R\$ 0,00		R\$ 151.565.938,04	

No quadro a seguir, visualizamos os diferentes valores presente e diferentes benefícios dos servidores ativos efetivos, servidores inativos e pensionistas:

Valor a Amortizar	
Discriminação	R\$

Benefício a Conceder	R\$ 151.565.938,04
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Provisão Matemática Total	R\$ 151.565.938,04
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente	R\$ 36.077.872,88
Valor Atual das Contribuições Futuras do Servidor	R\$ 36.091.035,97
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto (Concedidos)	R\$ 0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto (Conceder)	R\$ 0,00
Ativo do Plano (Conta Corrente e Aplicação)	R\$ 0,00
Estimativa da Compensação Previdenciária	R\$ 15.156.593,80
Dívida Apurada e Confessada (sendo paga) - SD	R\$ 0,00
Dação de Pagamento e Outros Créditos	R\$ 0,00
Valor Teórico Total a Amortizar	R\$ 64.240.435,38

Valor a Amortizar Atuarial

Valor Teórico Total a Amortizar	R\$ 64.240.435,38			
Dação de Pagamento e Outros Créditos	R\$ 0,00			
Dívida Apurada e Confessada (sendo paga) - SD	R\$ 0,00			
Estimativa da Compensação Previdenciária	R\$ 15.156.593,80			
Ativo do Plano (Conta Corrente e Aplicação)	R\$ 0,00			
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto...	R\$ 0,00			
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto...	R\$ 0,00			
Valor Atual das Contribuições Futuras do Servidor	R\$ 36.091.035,97			
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente	R\$ 36.077.872,88			
Provisão Matemática Total		R\$ 151.565.938,04		
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00			
Benefício a Conceder		R\$ 151.565.938,04		

QUALIDADE DO CADASTRO DOS SERVIDORES

A população ativa, inativa e pensionista avaliada, com base nas informações apresentadas pela Prefeitura Municipal apresentou a quantidade de servidores ativos efetivos (excluídos os servidores comissionados) dos sexos: masculino e feminino, conforme quadro abaixo, observando a idade média da população ativa avaliada:

Massa dos Servidores Ativos	
Servidores Ativos Masculinos	329
Servidores Ativos Femininos	515
Total Servidores Ativos	844
Idade Média Serv At Masc	41

Idade Média Serv At Fem	41
Idade Média Total	41
Tempo Médio Serviço no Ente	9,00
Tempo Médio Contribuição/RGPS	12,00
Tempo Médio Contribuição/RPPS	0,00
Salário Médio Masculino Mensal	R\$ 2.029,00
Salário Médio Feminino Mensal	R\$ 3.045,38
Salário Médio Total Mensal	R\$ 2.649,19
Salário Total Mensal	R\$ 2.235.912,53

O Município concede os seguintes benefícios:

Massa dos Inativos e Pensionistas	
Inativos por Tempo de Contribuição	0
Inativos por Idade	0
Inativos Compulsórios	0
Inativos por Invalidez	0
Pensionistas	0
Idade Média Total Inativos	0
Idade Média Total Pensionistas	0
Salário Médio Total Inativos Mensal	R\$ 0,00
Salário Total Inativos Mensal	R\$ 0,00
Salário Médio Total Pensionistas	R\$ 0,00
Salário Total Pensionistas	R\$ 0,00
Salário Médio Total Mensal	R\$ 0,00
Salário Total Mensal	R\$ 0,00

Destacamos que o tempo de serviço anterior foi estimado, para uma parte da massa de servidores, conforme permite a legislação federal, utilizando-se à hipótese permitida na Lei.

VERACIDADE DOS DADOS

Quanto à **veracidade** das **informações cabe**, única e exclusivamente, ao **MUNICÍPIO DE EXTREMOZ - RN** provedor das informações, eventuais alterações nestes dados poderão refletir alterações significativas nos resultados, com aumento ou redução da alíquota total contributiva.

PLANO DE CUSTEIO CONSIDERANDO A AVALIAÇÃO ATUARIAL

O plano de custeio foi elaborado com base nos dados informados pela Prefeitura/RPPS (Folha contributiva dos Servidores Ativos Efetivos (excluídos os servidores comissionados), folha de benefícios do RPPS dos inativos e pensionistas, folha dos auxílios: Doença e Reclusão, Salários: Famílias e Maternidade, pagos pelo RPPS se existentes, a biometria da massa (idade, sexo, tempo de RGPS, tempo de RPPS, tempo de Ente), ou seja, todas as premissas atuariais e financeiras necessárias ao equilíbrio atuarial e financeiro do Regime, resultando no seguinte:

CUSTOS ANUAIS		
Folha Salarial dos Ativos - Base	R\$ 2.235.912,53	
Contribuição de Inativos do Tesouro	R\$ 0,00	
Discriminação	Custo Mensal	Alíquota
Aposentadoria por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 342.212,46	15,31%
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 34.185,64	1,53%
Pensão por Morte de Ativos	R\$ 46.998,19	2,10%
Pensão por Morte de Inativos - Morte de Aposentados por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 0,00	0,00%
Pensão por Morte de Aposentados por Invalidez	R\$ 46.055,65	2,06%
Auxílios Diversos	R\$ 0,00	0,00%
Custo Total Puro Mensal	R\$ 469.451,93	22,00%
Custo Total Puro Anual + Contribuição Inativos	R\$ 6.102.875,07	

Custo Suplementar Anual		
Discriminação	Custo Anual	Alíquota
Aposentadoria por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 211.989,82	0,73%
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 21.093,51	0,07%
Pensão por Morte de Ativos	R\$ 29.109,05	0,10%
Pensão por Morte de Inativos - Morte de Aposentados por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 0,00	0,00%
Pensão por Morte de Aposentados por Invalidez	R\$ 28.476,24	0,10%
Custo Suplementar Total Anual	R\$ 290.668,63	1,00%

Custo Permitido como Despesas de Administração do Fundo de Previdência - RPPS		
Folha Salarial dos Ativos, Inativos e Pensionistas	R\$ 2.235.912,53	
Discriminação	Custo Anual	Taxa
Custo Permitido para Administração - RPPS Anual	R\$ 581.337,26	2,00%
Obs.: A taxa de administração poderá ser até 2% da Folha Salarial dos Ativos, Inativos e Pensionistas.		

RESERVA DE TEMPO DE SERVIÇO PASSADO

A Reserva Matemática de Tempo de Serviço Passado é aquela correspondente, aos compromissos especiais dos segurados existentes, na data de início do regime previdenciário, porém, sem o devido recolhimento de contribuição relativa àquele período anterior, face características biométricas probabilísticas da massa avaliada.

Pela metodologia adotada e está descrita na Nota Técnica Atuarial, abrange também o tempo relativo às contribuições vertidas ao RGPS, no cálculo estimado desta reserva, estão incluídos os valores correspondentes às contribuições previdenciárias recolhidas ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS); durante o período em que os servidores estiveram vinculados ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, adotando-se a premissa de que todos iniciaram a atividade laboral aos 20 anos de idade, caso não exista o cadastro do tempo passado, conforme legislação em vigor, conclui-se o seguinte Valor a Amortizar:

O compromisso total a realizar avaliado considerando:

- 1 - O Valor Atual dos Benefícios Futuros (a conceder) de **R\$ 151.565.938,04;**
- 2 - O Valor Atual dos Benefícios Futuros (concedidos) de **R\$ 0,00;**
- 3 - Descontando as Contribuições Futuras do Ente e do Servidor de **R\$ 72.168.908,86;**
- 4 - Descontado o total dos ativos financeiros de **R\$ 0,00;**
- 5 - Descontando a dação de pagamento de **R\$ 0,00;**
- 6 - Deduzindo a estimativa da compensação previdenciária, de **R\$ 15.156.593,80;**
- 7 – Descontando o saldo devedor da dívida apurada, confessada e sendo paga no valor de **R\$ 0,00;**

Em 31/12/2017, tecnicamente, houve um aumento da reserva a ser amortizada, conforme dados apresentados pela Prefeitura Municipal, ou seja, a reserva do ano anterior que era de **0,00** passou para **-R\$ 64.240.435,38**.

Teremos a seguinte reserva a ser amortizada ao longo do tempo:

Valor a Amortizar	
Discriminação	R\$
Benefício a Conceder	R\$ 151.565.938,04
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Provisão Matemática Total	R\$ 151.565.938,04
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente	R\$ 36.077.872,88
Valor Atual das Contribuições Futuras do Servidor	R\$ 36.091.035,97
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto (Concedidos)	R\$ 0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Acima Teto (Conceder)	R\$ 0,00
Ativo do Plano (Conta Corrente e Aplicação)	R\$ 0,00
Estimativa da Compensação Previdenciária	R\$ 15.156.593,80
Dívida Apurada e Confessada (sendo paga) - SD	R\$ 0,00

Dação de Pagamento e Outros Créditos	R\$ 0,00
Valor Teórico Total a Amortizar	R\$ 64.240.435,38

Caso a amortização do Passivo Atuarial ocorra de acordo com a Portaria 7.796 de 28 de agosto de 2000, o seu prazo máximo será de 35 (trinta e cinco) anos, e o percentual a ser incluído no plano de custeio determinado acima está distribuído, conforme quadro a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DO CUSTO DO SERVIÇO PASSADO

Custo Suplementar Anual		
Discriminação	Custo Anual	Alíquota
Aposentadoria por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 211.989,82	0,73%
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 21.093,51	0,07%
Pensão por Morte de Ativos	R\$ 29.109,05	0,10%
Pensão por Morte de Inativos - Morte de Aposentados por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 0,00	0,00%
Pensão por Morte de Aposentados por Invalidez	R\$ 28.476,24	0,10%
Custo Suplementar Total Anual	R\$ 290.668,63	1,00%

RESERVA DE TEMPO DE SERVIÇO PASSADO

Parte da Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder total de **R\$79.397.029,18** R\$ **79.397.029,18** relativa ao Tempo de Serviço Passado poderá ser objeto de negociação entre a Prefeitura Municipal e o regime previdenciário ao qual o servidor esteve vinculado, quando da sua transferência para inatividade (compensação financeira entre regimes previdenciários), bem como a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de **R\$ 0,00**, que deve ser constituída nos casos de inativos e pensionistas elegíveis ao Regime, que com a dedução dos itens mencionados anteriormente, totaliza o valor a amortizar de **R\$ 64.240.435,38**.

VALOR PRESENTE DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

Utilizando o Salário de Contribuição, foi encontrado o valor presente dos salários futuros, totalizando **R\$333.983.496,67**.

De acordo com o plano de custeio, o valor de contribuição futura, está distribuído conforme quadros a seguir:

Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefício a Conceder	
Ente	R\$ 36.077.872,88
Servidor	R\$ 36.091.035,97
Total	R\$ 72.168.908,86

PROJEÇÃO ATUARIAL

A projeção atuarial dos valores financeiros para o Regime Próprio de Previdência Social - RGPS do Município considera apenas a saída dos servidores efetivos, sem a reposição de massa, que está relacionada à aplicação de concurso público determinado em Lei e apurado nas hipóteses atuariais.

O custo encontrado e recomendado para ser aplicado e tende a manter-se estável até a massa atual estacionar, casos as hipóteses biométricas e atuariais não sofrerem alterações.

Qualquer modificação das hipóteses utilizadas nesta avaliação impactará diretamente no plano de custeio.

O prazo estimado para essa massa de servidores segundo as hipóteses adotadas para se estacionar será o ano de **2041** levando-se em conta o tempo de serviço passado informado ou não pela Prefeitura Municipal, considerada a atual massa de despesas de benefícios dos inativos e pensionistas.

Salientamos que o cálculo das reservas técnicas deve ser efetuado anualmente, que comparadas com os saldos de ativos e passivos do balanço, permite avaliar como está a gestão do plano de custeio e benefícios do RPPS, pois em período superior dificulta esta análise, tendo em vista outras variáveis, tais como: rotatividade de recursos humanos, alterações no plano de benefícios, alterações nas fontes de custeio que, normalmente são complicadas de se obter.

A seguir o quadro demonstrativo da Reserva Matemática e valor a Amortizar:

RESERVA MATEMÁTICA A AMORTIZAR OU SUPERÁVIT

Quadro Demonstrativo da Reserva Matemática	
Discriminação	Valores
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados normal)	R\$ 0,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados normal ou Tempo de Contribuição)	R\$ 0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentado por idade)	R\$ 0,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Ente)	R\$ 0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentado por compulsória)	R\$ 0,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentado compulsória)	R\$ 0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentado por invalidez)	R\$ 0,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentado invalidez)	R\$ 0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	R\$ 0,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ 0,00
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ 0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	-R\$ 151.565.938,04
(+) Valor Presente da Contribuições Futuras	R\$ 72.168.908,86
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	-R\$ 79.397.029,18
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ 0,00
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	-R\$ 79.397.029,18
Reservas Matemáticas de RMBaC + RMBC)	-R\$ 79.397.029,18
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 0,00
(-) Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	-R\$ 79.397.029,18

Déficit ou Superavit Atuarial	-R\$ 79.397.029,18
Estimativa de Compensação Previdenciária - COMPREV	R\$ 15.156.593,80
Dívida confessada em pagamento	R\$ 0,00
Dação de Pagamentos e Outros Créditos	R\$ 0,00
Reserva a Amortizar	-R\$ 64.240.435,38
Valor Presente - Somatório de pagamentos futuros trazidos, teoricamente, à data atual, grupo serv. Ativos.	
RMBC - Somatório das reservas necessárias, teoricamente, para pagamento dos benefícios aposentadorias e pensões.	
RMBaC - Somatório das reservas necessárias, teoricamente, para pagamento de benefícios aposentadorias e pensões para os atuais ativos, descontadas as contribuições futuras.	
Reserva a Amortizar - Valor necessário para amortizar, teoricamente, o déficit atuarial.	

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação Previdenciária tem a finalidade de evitar que o regime concedente seja financeiramente prejudicado, face mecanismo que tem por objetivo distribuir o ônus do pagamento do benefício entre cada um dos regimes previdenciários, cujo tempo de filiação foi considerado na concessão do referido benefício a ser pago, o que está estabelecido na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Face exposto deve o Instituto ou Fundo de Previdência providenciar junto ao RGPS ou a outro Regime, as competentes compensações previdenciárias, o que reduzirá o seu Passivo, quantificado como Custo Suplementar constante do presente.

No quadro a seguir, considerando o tempo informado ou estimado de RGPS e o tempo de RPPS, de acordo com a Lei 9717 e as Emendas Constitucionais foi estimado o valor da compensação previdenciária, na data base ; e, para possibilitar uma avaliação mais próxima à realidade, o Instituto / Fundo de Previdência deve manter atualizado o cadastro do Tempo de contribuição anterior ao RPPS.

ESTIMATIVA DA RESERVA A AMORTIZAR - TEMPO PASSADO				
VACFR = VALOR ATUAL DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A RECEBER				
93,32%	0,00%	6,68%		
28,42%	0,00%	28,42%	Ajuste 30,45% de	93,32%
64,91%	0,00%	35,09%	Dívida Passada Estimada Fundo	
			35,093%	
VACFR	Estimativa Dívida Fundo	Estimativa COMPREV RGPS	Estimativa COMPREV	Dívida RPPS
R\$ 79.397.029,18	R\$ 27.863.000,20	R\$ 46.380.626,08	R\$ 46.380.626,08	R\$ 33.016.403,10
CONCEDIDO				
49,74%	0,00%	3,15%		
15,15%	0,00%	15,15%	Ajuste 30,45% de	49,74%
34,59%	0,00%	18,29%	Dívida Passada Estimada Fundo	

			18,291%	
Benefício Concedido	Estimativa Dívida Fundo	Estimativa COMPREV RGPS	Estimativa COMPREV	Dívida RPPS
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VACFR E CONCEDIDO				
VACFR e Concedidos	Estimativa Dívida Fundo	Estimativa COMPREV RGPS	Estimativa da Compensação COMPREV	Dívida RPPS
R\$ 79.397.029,18	R\$ 27.863.000,20	R\$ 46.380.626,08	R\$ 46.380.626,08	R\$ 79.397.029,18
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 79.397.029,18	R\$ 27.863.000,20	R\$ 46.380.626,08	R\$ 46.380.626,08	R\$ 79.397.029,18
			ATIVOS	R\$ 0,00
Saldo Devedor da Dívida, sendo confessada e será paga			DÍVIDA / RPPS	R\$ 0,00
Contribuição do Ente e Servidor (Concedidos)				R\$ 0,00
§ 5º do Art 11 da Portaria MPS 403 de 10 de dezembro de 2008			COMPREV	R\$ 15.156.593,80
Estimativa da Reserva a Amortizar - Tempo Passado				R\$ 64.240.435,38

Obs.: Os valores deverão ser confirmados, através de levantamento correto do tempo passado.

ALÍQUOTA DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIA

Sem considerar o plano de equacionamento do déficit teríamos a alíquota de contribuição previdenciária total de **33,92%** já acrescida da alíquota do custo suplementar uniforme de **12,93%**.

Para os primeiros 5 anos, **considerando** o Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial, não linear, tendo em vista os recursos disponíveis da Prefeitura, teremos uma alíquota total de **24,00%** conforme quadro abaixo, já incluído às despesas administrativas máxima de **2%, mas**, para estabelecer, teoricamente, o equilíbrio atuário e financeiro do Regime Próprio de Previdência Social, ainda não há necessidade de aporte mensal, ou seja: **0,00%** da folha de benefícios dos aposentados e pensionistas do RPPS, como aporte de capital mensal.

CUSTOS ANUAIS		
Folha Salarial dos Ativos - Base	R\$ 2.235.912,53	
Contribuição de Inativos do Tesouro	R\$ 0,00	
Discriminação	Custo Mensal	Alíquota
Aposentadoria por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 342.212,46	15,31%
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 34.185,64	1,53%
Pensão por Morte de Ativos	R\$ 46.998,19	2,10%
Pensão por Morte de Inativos - Morte de Aposentados por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 0,00	0,00%

Pensão por Morte de Aposentados por Invalidez	R\$ 46.055,65	2,06%
Auxílios Diversos	R\$ 0,00	0,00%
Custo Total Puro Mensal	R\$ 469.451,93	22,00%
Custo Total Puro Anual + Contribuição Inativos	R\$ 6.102.875,07	

Custo Suplementar Anual		
Discriminação	Custo Anual	Alíquota
Aposentadoria por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 211.989,82	0,73%
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 21.093,51	0,07%
Pensão por Morte de Ativos	R\$ 29.109,05	0,10%
Pensão por Morte de Inativos - Morte de Aposentados por Idade/Compulsória/Tempo de Contribuição	R\$ 0,00	0,00%
Pensão por Morte de Aposentados por Invalidez	R\$ 28.476,24	0,10%
Custo Suplementar Total Anual	R\$ 290.668,63	1,00%

Custo Permitido como Despesas de Administração do Fundo de Previdência - RPPS		
Folha Salarial dos Ativos, Inativos e Pensionistas	R\$ 2.235.912,53	
Discriminação	Custo Anual	Taxa
Custo Permitido para Administração - RPPS Anual	R\$ 581.337,26	2,00%
Obs.: A taxa de administração poderá ser até 2% da Folha Salarial dos Ativos, Inativos e Pensionistas.		

Ressaltamos que não foi realizado o censo dos servidores municipais para aferir o tempo real de serviço passado.

Não há previsão para realização de concurso público para o preenchimento de vagas, conforme informações prestadas pelo Fundo Previdenciário.

O estudo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do considerou a massa existente em **31/12/2017**.

A reserva contabilizada pelo Instituto hoje é necessária, mas não suficiente para fazer frente aos seus compromissos previdenciários nos próximos exercícios, ou seja, em conformidade com a legislação vigente é obrigatório reavaliar atuarialmente, os compromissos do Regime Próprio de Previdência Social, pelo menos uma vez por ano adequando as alíquotas de contribuições, que assegurará o equilíbrio financeiro atuarial do sistema.

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Gestor do Fundo de Previdência deverá manter o cadastro dos servidores ativos efetivos (excluindo-se os comissionados e contratados) vinculados ao RPPS, desde o momento que começou a contribuir para previdência social (RGPS e RPPS), para que na próxima reavaliação atuarial; o tempo correto de serviço passado continue a ser informado, o que acarretará um resultado mais próximo da realidade, e, como sugestão seguem os formulários que facilitarão a coleta de dados.

Como sugestão para um melhor controle dos dados dos servidores a Prefeitura deve procurar implantar o programa gratuito do MPS o [SIPREV/Gestão RPPS - Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS](http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1082) (<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1082>).

- O Instituto de Previdência Municipal deverá garantir pleno acesso dos participantes às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores ativos efetivos (excluindo-se os comissionados e contratados) e inativos nos colegiados e instâncias de decisão em que os interesses sejam objetos de discussão e deliberação.
- Com a possibilidade, teórica, da existência de riscos iminentes, poderá o Município realizar concurso público evitando, preferencialmente, cargos comissionados, certamente refletirá no plano de custeio, com o aumento da folha salarial, acarretando uma receita maior de contribuições previdenciárias e possível redução às taxas contributivas, para massa participante, contratados lembrando que, normalmente, população composta de servidores ativos com idade média acima de 40 anos acarretará, possível aumento da alíquota do Ente.
- Deve providenciar o registro contábil individualizado das contribuições de cada Servidor e do Ente Público, conforme diretrizes gerais, além de identificação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo e pensionista, bem como os encargos incidentes sobre os proventos de pensões pagas;
- Como ferramenta facilitadora do processo, o Instituto poderá manter uma conta corrente, para movimentar o repasse dos 2% para despesa administrativa e outra conta corrente para depósito dos repasses das contribuições previdenciárias, cujo saldo, somente, poderá ser utilizado para pagamento de benefícios previdenciários.
- Qualquer alteração de parâmetro na concessão de benefícios ou no reajuste do mesmo, por parte da Diretoria do Instituto de Previdência do requer prévio estudo atuarial, como meio de averiguação do impacto no Plano de Benefícios. A inobservância deste princípio, além de invalidar o Plano de Benefícios, poderá vir a afetar seriamente o Instituto, na medida em que o mesmo poderá assumir compromissos para com os participantes nos quais não exista fonte de custeio prevista e/ou não haja recursos disponíveis.
- Averiguar também a concessão de benefícios, não oferecendo benefícios para quem não possui direito, observando sempre se o benefício será de caráter integral ou proporcional, de acordo com o tempo e contribuição, mantendo um bom controle em relação aos benefícios temporários, como pensão por morte paga aos filhos não inválidos, auxílios doenças e outros;
- As receitas de contribuição deverão obedecer a uma regularidade a ser auferida pelo Instituto, tendo em vista que as receitas lançadas e não efetivadas pelo Ente Público deverão ser corrigidas monetariamente pelo Índice Monetário adotado e acrescidas de juros de acordo com a legislação vigente, a partir das datas que foram devidas. A falta de repasse, ou seja, há não incorporação ao Instituto garantidor de benefícios resultam em déficit futuro, certo e previsível.
- Os recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições da resolução CMN nº. 3.922, de 25 de novembro de 2010, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, devendo os Gestores ter qualificação, conforme Portaria MPS 155 de 15 de maio de 2008.
- A Avaliação ou Reavaliação Atuarial é baseada nas informações fornecidas pela Prefeitura/RPPS, responsáveis pela veracidade dos mesmos, e, eventuais alterações nesses dados poderão refletir nos resultados das avaliações futuras.

CONCLUSÃO

PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL NÃO LINEAR

Com base no Art 18 e § 1º Portaria MPS 403, para o **equacionamento do déficit atuarial**, tendo em vista a disponibilidade de recursos da Prefeitura, deve ser adotado o seguinte **plano** de custeio:

Como podemos observar, no Quadro abaixo, a alíquota total de contribuição previdenciária, calculada com base nos dados apresentados pela Prefeitura/Fundo de Previdência, para avaliação atuarial, considerando a adoção do plano de equacionamento do déficit atuarial, a ser aplicada no período do **1º ao 5º ano**, face

disponibilidade de recursos da Prefeitura e de acordo com os critérios determinado no Art 18 § 1º da Portaria nº 403 de 10 de dezembro de 2008; deve ser **25,00% já acrescida do custo suplementar de 1,00% e da taxa de administração de 2%**:

Período	Alíquota Contribuição - Custo Normal Total Mensal	Alíquota Contribuição - Custo Suplementar Total Mensal	Alíquota Contribuição - Total Mensal	Alíquota Contribuição Ente/Prefeitura - Total Mensal	Alíquota de Contributiva do Servidor - Total Mensal	Taxa Administração acrescer na parte do Ente
1º ao 5º ano	22,00%	1,00%	23,00%	12,00%	11,00%	2%
6º ao 10º ano	22,00%	18,19%	40,18%	29,18%	11,00%	2%
11º ao 15º ano	22,00%	18,19%	40,18%	29,18%	11,00%	2%
16º ao 20º ano	22,00%	18,19%	40,18%	29,18%	11,00%	2%
21º ao 25º ano	22,00%	18,19%	40,18%	29,18%	11,00%	2%
26º ao 27º ano	22,00%	18,19%	40,18%	29,18%	11,00%	2%

A alíquota de **0,00%** referente aos auxílios diversos pagos pelo RPPS está incluída na alíquota normal mencionada no quadro acima, que aumenta a parte do Ente Federativa/Prefeitura, devendo ser elaborado uma análise rigoroso na concessão desses auxílios.

Sendo que as alíquotas dos inativos e pensionistas, de **11%**, só serão aplicadas quando devida, sobre excedente do valor fixado na Legislação Vigente.

Portanto as taxas de custeio seguem no quadro abaixo para serem colocadas na legislação para o ano.

Taxa do ENTE	11,00%
Taxa de AMINISTRAÇÃO	2,00%
Taxa de T. S Anterior	1,00%
Taxa total do ENTE	14,00%
Taxa do Servidor	11,00%
Taxa Total de Custeio	25,00%

Considerando o equacionamento do déficit não linear, no 1º período teremos: Ente: **14,00%** (já acrescida da taxa de administração de **2%** e do custo suplementar de **1,00%**) e Servidor: **11,00%**, **sendo que a taxa de administração deve ser definido em Lei ou Decreto um percentual de 2%.**

Sendo que as alíquotas dos inativos e pensionistas, de **11%**, só serão aplicadas quando devido, sobre excedente do valor fixado na Legislação Vigente.

As alíquotas definidas nesta avaliação atuarial deverão ser aplicadas, observando o art. 195 da Constituição Federal.

Quadro I

Demonstrativo do Saldo Anual a Capitalizar - Considerando os Riscos Iminentes	
Descrição	Valor
Vlr Total FI Ativos	R\$ 2.235.912,53
% da Alíquota Total Contributiva	22,00%
Vlr da Contribuição	R\$ 491.811,05
Vlr Mensal da Dívida Parcelada a Capitalizar	R\$ 0,00
Aporte Mensal	R\$ 0,00
Vlr Total FI Inativos e Pensionistas	R\$ 0,00
Vlr Total FI Riscos Iminentes	-R\$ 70.350,42
Vlr Total Despesas Aux e Sal Diversos	R\$ 0,00
Vlr do Saldo Liq Mensal a Capitalizar	R\$ 456.582,35
Saldo Liq Anual a Capitalizar	R\$ 5.935.570,59

haverá

Quadro II	
Demonstrativo do Saldo Anual a Capitalizar - Sem considerando os Riscos Iminentes	
Descrição	Valor
Vlr Total FI Ativos	R\$ 2.235.912,53
% da Alíquota Total Contributiva	22,00%
Vlr da Contribuição	R\$ 491.811,05
Vlr Mensal da Dívida Parcelada a Capitalizar	R\$ 0,00
Aporte Mensal	R\$ 0,00
Vlr Total FI Inativos e Pensionistas	R\$ 0,00
Vlr Total FI Riscos Iminentes	R\$ 0,00
Vlr Total Despesas Aux e Sal Diversos	R\$ 0,00
Vlr do Saldo Liq Mensal a Capitalizar	R\$ 532.795,31
Saldo Liq Anual a Capitalizar	R\$ 6.926.339,01

Como podemos observar nos quadros acima, teremos saldo a capitalizar no final de cada ano, como não há contrato de prestação de serviços atuariais continuado deve o responsável pelo RPPS monitorar os resultados financeiros mensalmente, caso ocorra saldo negativo, deverá ser solicitado ao Atuário um novo cálculo, com base, preferencialmente, na folha dos ativos efetivos, inativos e pensionistas do mês em que se deu o fato negativo, para uma melhor avaliação do equilíbrio atuarial e financeiro do Regime.

Para aplicação das taxas definidas na presente avaliação, deve ser observado o art. 195 da Constituição Federal, cujas alíquotas devem ser aplicadas a partir do dia 1º do mês subsequente a publicação da Lei ou Decreto Municipal.

Hoje o déficit atuarial inicial do RPPS a ser criado é de -R\$ 64.240.435,38 relativo ao tempo passado, isso é, ao tempo que seus servidores nunca contribuíram ao regime previdenciário que está sendo

criado. Ele é amenizado pela compensação previdenciária futura e pela taxa de custeio suplementar cobrada para os próximos 35 anos

Crescimento Salarial

Nesta e nas últimas avaliações atuariais utilizamos crescimento de **1,00%** a.a. Estaremos acompanhando estes resultados nas próximas avaliações e caso se confirme que o crescimento salarial é efetivamente maior que o estabelecido na hipótese, faremos o ajuste deste percentual para o valor mais adequado.

Ressaltamos, é de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal a veracidade dos dados apresentados para realização da presente avaliação e eventuais alterações nestes dados poderão refletir alterações significativas nos resultados, com aumento ou redução da alíquota total contributiva, a seguir:

Goiânia, domingo, 28 de janeiro de 2018.



Marcos Bettiga de Loyola
Atuário - MIBA 673 – MTPS RJ
Tel.: (62) 9 8122-8557 Tim

PROJEÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS

PROJEÇÃO DE RECEITA E DESPESA DO					
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL					
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL					
Geração Atual					
Ano	Receita		Receita Total	Despesa	Superávit ou Déficit
	Ente	Servidor			
2018	3.228.739,57	3.228.739,57	6.457.479,14	34.783,81	6.422.695,33
2019	3.179.887,67	3.179.887,67	6.359.775,33	35.131,64	13.132.700,74
2020	3.157.052,75	3.157.052,75	6.314.105,50	141.931,84	20.092.836,45
2021	3.176.798,96	3.176.798,96	6.353.597,93	215.026,74	27.436.977,83
2022	3.200.605,25	3.200.605,25	6.401.210,50	470.550,17	35.013.856,83
2023	3.204.466,68	3.204.466,68	6.408.933,35	621.488,19	42.902.133,40
2024	3.220.267,87	3.220.267,87	6.440.535,75	923.092,75	50.993.704,40
2025	3.219.658,74	3.219.658,74	6.439.317,49	969.616,63	59.523.027,53
2026	3.247.712,84	3.247.712,84	6.495.425,68	1.092.310,42	68.497.524,44

2027	3.267.638,22	3.267.638,22	6.535.276,44	1.331.488,74	77.811.163,61
2028	3.274.960,07	3.274.960,07	6.549.920,15	1.613.764,35	87.415.989,22
2029	3.277.833,59	3.277.833,59	6.555.667,17	1.940.359,52	97.276.256,23
2030	3.276.126,38	3.276.126,38	6.552.252,76	2.273.325,21	107.391.759,16
2031	3.274.057,25	3.274.057,25	6.548.114,50	2.533.581,75	117.849.797,46
2032	3.280.413,80	3.280.413,80	6.560.827,59	2.878.382,43	128.603.230,47
2033	3.273.246,14	3.273.246,14	6.546.492,27	3.472.527,11	139.393.389,46
2034	3.243.178,46	3.243.178,46	6.486.356,92	4.036.256,49	150.207.093,26
2035	3.203.120,95	3.203.120,95	6.406.241,89	4.817.298,22	160.808.462,53
2036	3.143.634,41	3.143.634,41	6.287.268,83	5.403.444,04	171.340.795,07
2037	3.082.637,84	3.082.637,84	6.165.275,68	6.212.204,84	181.574.313,61
2038	3.010.771,25	3.010.771,25	6.021.542,49	6.992.459,96	191.497.854,96
2039	2.923.015,43	2.923.015,43	5.846.030,87	8.433.708,88	200.400.048,24
2040	2.795.109,93	2.795.109,93	5.590.219,87	9.902.217,61	208.112.053,39
2041	2.654.735,42	2.654.735,42	5.309.470,84	11.004.381,06	214.903.866,37
2042	2.540.418,28	2.540.418,28	5.080.836,56	12.038.823,50	220.840.111,41
2043	2.428.455,29	2.428.455,29	4.856.910,59	13.270.839,72	225.676.588,97
2044	2.289.223,86	2.289.223,86	4.578.447,71	14.706.508,15	229.089.123,87
2045	2.126.946,63	2.126.946,63	4.253.893,25	16.215.977,44	230.872.387,11
2046	1.966.249,55	1.966.249,55	3.932.499,10	17.063.393,77	231.593.835,67
2047	1.863.387,91	1.863.387,91	3.726.775,82	17.877.396,75	231.338.844,88
2048	1.737.647,52	1.737.647,52	3.475.295,03	18.939.452,36	229.755.018,25
2049	1.572.751,47	1.572.751,47	3.145.502,94	19.829.658,66	226.856.163,62
2050	1.404.383,74	1.404.383,74	2.808.767,48	20.831.426,48	222.444.874,44
2051	1.221.866,45	1.221.866,45	2.443.732,90	21.029.113,88	217.206.185,93
2052	1.116.042,19	1.116.042,19	2.232.084,38	21.617.503,99	210.853.137,47
2053	948.367,58	948.367,58	1.896.735,17	21.718.868,67	203.682.192,22
2054	788.174,75	788.174,75	1.576.349,50	21.520.498,04	195.958.975,21
2055	646.795,90	646.795,90	1.293.591,81	21.670.860,84	187.339.244,70
2056	496.927,21	496.927,21	993.854,42	21.822.586,52	177.750.867,28
2057	349.635,75	349.635,75	699.271,51	21.511.135,54	167.604.055,29
2058	222.131,49	222.131,49	444.262,98	20.826.683,33	157.277.878,25
2059	109.300,08	109.300,08	218.600,17	20.231.526,48	146.701.624,64
2060	0,00	0,00	0,00	19.734.400,92	135.769.321,20
2061	0,00	0,00	0,00	18.582.865,19	125.332.615,29
2062	0,00	0,00	0,00	17.240.879,44	115.611.692,76
2063	0,00	0,00	0,00	15.761.335,55	106.787.058,78
2064	0,00	0,00	0,00	14.084.454,08	99.109.828,23
2065	0,00	0,00	0,00	12.991.552,75	92.064.865,17

2066	0,00	0,00	0,00	11.252.343,29	86.336.413,79
2067	0,00	0,00	0,00	9.591.463,59	81.925.135,03
2068	0,00	0,00	0,00	8.127.355,53	78.713.287,60
2069	0,00	0,00	0,00	6.574.649,76	76.861.435,10
2070	0,00	0,00	0,00	5.049.017,10	76.424.104,10
2071	0,00	0,00	0,00	3.730.331,81	77.279.218,54
2072	0,00	0,00	0,00	2.565.141,89	79.350.829,77
2073	0,00	0,00	0,00	1.315.549,23	82.796.330,33
2074	0,00	0,00	0,00	654.039,87	87.110.070,28
2075	0,00	0,00	0,00	474.740,78	91.861.933,72
2076	0,00	0,00	0,00	41.526,43	97.332.123,31
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	103.172.050,70
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	109.362.373,75
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	115.924.116,17
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	122.879.563,14
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	99.644.375,14	99.644.375,14	199.288.750,27	567.843.233,70	767.131.983,97

Obs.: Foi considerado um acréscimo da folha dos Ativos Efetivos, Inativos e Pensionistas ao ano de ----->

1,00%

O estacionamento da massa, com a alíquota de contribuição + Custo Suplementar, foi avaliado e ocorrerá em ----->

2041

1,060

foi considerado para crescimento mínimo ao ano do valor da reserva.

Sem a reposição da massa, face ocorrências probabilísticas, a cada ano, haverá uma redução da massa dos ativos efetivos que será

extinta

2050

a extinção total da massa (Ativos Efetivos+Inativos+Pensão)

2081

A projeção de receita/despesas foi calculada, com base na taxa de custo normal + custo suplementar, caso exista dívida apura-

da, confessada, contabilizada e em fase de pagamento, o saldo devedor atualizado na data base estará pulverizado na coluna

(Superávit ou Déficit), de acordo com a quantidade de parcelas a pagar totalizando ----->

- na data base

31/12/2017

também foi incluído o saldo de conta corrente e aplicação financeira no valor de ----->

-

caso exista foi considerado ----->

0,00%

de aporte mensal de capital da folha dos Inativos e Pensionistas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**EXTRATO DE TERMO DE DISPENSA Nº 028/2018**

Contratante: MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN, CNPJ: 08.204.497/0001-71.

Contratado: MANOEL SATIRO DA ROCHA – CPF: 094.628.564-00.

Objeto: **Locação de Imóvel para funcionamento da Escola Municipal Luiz Alves, situado na Rua Almirante Domingues Machado, 224, Estrela do Mar, Extremoz/RN**

Valor Mensal R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

Valor Global R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Vigência: 12 (doze meses)

Base Legal: Lei n 8.666/93 – Art. 24, Inciso X

Pela Contratante: MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN, CNPJ: 08.204.497/0001-71 – JOAZ OLIVEIRA MENDES DA SILVA – CPF: 061.242.554-13 – PREFEITO MUNICIPAL

Contratado: MANOEL SATIRO DA ROCHA – CPF: 094.628.564-00

EXTREMOZ/RN, 15 DE MARÇO DE 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO

Portaria nº 001, de 15 de março de 2018

Dispõe sobre prazos para pagamento da taxa de licença, concernente a localização e funcionamento de estabelecimentos, e ISS de profissionais autônomos, para o exercício de 2018, e da outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 228 da Lei nº 320/97, combinado com os artigos 61, § 1º e 87 ao 89 da Lei nº 320, de 01 julho de 1997, com alterações da Lei 001/2005 – Código Tributário do Município, legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar o vencimento da *Taxa de Localização e Funcionamento*, e *ISS de Profissionais autônomos* para seguintes datas:

Taxa de Licença e Funcionamento	30/04/2018	Parcela Única
ISS de Profissionais Autônomos	30/04/2018	1ª Parcela
	30/05/2018	2ª Parcela
	29/06/2018	3ª Parcela
	31/07/2018	4ª Parcela

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Extremoz – RN, 15 de março de 2018.

Leandro Moreira Guimarães
Secretário municipal de Tributação
CPF: 279.430.828-93

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP DE N.º 010/2018 – PP - SRP**

O Município de EXTREMOZ/RN, torna público que fica marcado a sessão para o dia **29 de Março de 2018 as 10:00 Horas**, onde fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2018-PP-SRP**, visando o **Registro de Preços para Aquisição futura e parcelada de peças para ar condicionados, visando atender as necessidades da frota veicular das diversas secretarias do município de Extremoz/RN**. O edital e seus anexos estão à disposição na sede da prefeitura sitio a Rua São Pedro, S/N – Loteamento São Miguel Arcanjo, Extremoz/RN, CEP 59.575-000. A sessão realizar-se-á na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN – 13 de março de 2018 - **Cícero Antônio Bezerra Junior - Pregoeiro Municipal**.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP DE N.º 009/2018 – PP - SRP

O Município de EXTREMOZ/RN, torna público que fica marcado a sessão para o dia **29 de Março de 2018 as 14:00 Horas**, onde fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2018-PP-SRP**, visando o **Registro de Preços para Aquisição futura e parcelada de Mochilas Escolares, destinada a atender a demanda dos alunos da rede de ensino do município de Extremoz/RN**. O edital e seus anexos estão à disposição na sede da prefeitura sitio a Rua São Pedro, S/N – Loteamento São Miguel Arcanjo, Extremoz/RN, CEP 59.575-000. A sessão realizar-se-á na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN – 13 de março de 2018 - **Cícero Antônio Bezerra Junior - Pregoeiro Municipal**.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP DE N.º 006/2018 – PP - SRP

O Município de EXTREMOZ/RN, torna público que fica marcado a sessão para o dia **29 de Março de 2018 as 15:00 Horas**, onde fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2018-PP-SRP**, visando o **Registro de Preços para Aquisição futura e parcelada de Fardamento, visando atender as necessidades dos alunos da rede de ensino do município de Extremoz/RN**. O edital e seus anexos estão a disposição na sede da prefeitura sitio a Rua São Pedro, S/N – Loteamento São Miguel Arcanjo, Extremoz/RN, CEP 59.575-000. A sessão realizar-se-á na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN – 13 de março de 2018 - **Cícero Antônio Bezerra Junior - Pregoeiro Municipal**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – 3º CHAMADA PREGÃO PRESENCIAL SRP - Nº 072/2017

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial SRP nº **072/2017**, objetivando **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de estruturas de eventos diversos, para as festividades do município de Extremoz/RN**, foi declarada como DESERTA.

Extremoz/RN, 15 de março de 2018.

Cícero Antônio Bezerra Junior
Pregoeiro – PME/RN

AVISO DE TOMADA DE PERÇOS N.º 001/2018

O Município de EXTREMOZ/RN, torna público que fica marcado a sessão para o dia **02 de abril de 2018 as 10:00 Horas**, onde fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2018**, visando a **Contratação de empresa especializada na continuação e construção de 03 (Três) Unidades Básicas de Saúde sendo em Pitangui, Alto de Extremoz e KM 23 no município de Extremoz/RN**. O edital e seus anexos estão à disposição na sede da prefeitura sitio a Rua São Pedro, S/N – Loteamento São Miguel Arcanjo, Extremoz/RN, CEP 59.575-000. A sessão realizar-se-á na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN – 13 de março de 2018 - **Cícero Antônio Bezerra Junior – Presidente CPL**.

AVISO DE TOMADA DE PERÇOS N.º 002/2018

O Município de EXTREMOZ/RN, torna público que fica marcado a sessão para o dia **02 de abril de 2018 as 14:00 Hrs**, onde fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2018**, visando a **Contratação de empresa especializada em pavimentação de diversas ruas da praia de Pitangui do município Extremoz/RN**. O edital e seus anexos estão à disposição na sede da prefeitura sitio a Rua São Pedro, S/N – Loteamento São Miguel Arcanjo, Extremoz/RN, CEP 59.575-000. A sessão realizar-se-á na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN – 13 de março de 2018 - **Cícero Antônio Bezerra Junior – Presidente CPL**.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EXTREMOZ/RN- CNPJ/MF: 11.362.487/0001-79.

Contratado: LABORATÓRIO BRASIL DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME – CNPJ: 03.970.023/0001-17.

Objeto: SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN.

Oriundo: Pregão Presencial de N.º 006/2017.

Aditivo de Valor: Adita Clausula 2º (Valor), Percentual a ser acrescido: 25,00%

Aditivo de Prazo: Adita Clausula 4º (Vigência), 31 de dezembro de 2018.

Base Legal: artigo 65, I, "B", 57 da lei n.º 8.666/93.

Pela Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE EXTREMOZ/RN- CNPJ/MF: 11.362.487/0001-79 – ANGELA CRISTINA NASCIMENTO BRAZ PAIVA CPF: 028.355.194-16.

Pelo Contratado: LABORATÓRIO BRASIL DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME – CNPJ: 03.970.023/0001-17– ELIZAMAR BEZERRA DOS SANTOS, CPF: 806.940.984-34.

EXTREMOZ/RN, 15 DE MARÇO DE 2018.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 023/2018

Município: MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN, CNPJ: 08.204.497/0001-71.

Fornecedor: M LOPES – CNPJ: 11.979.812/0001-47.

Objeto: **Aquisição de peças, destinado a manutenção da máquina tipo retroescavadeira município de Extremoz/RN.**

Valor R\$ 6.729,00 (Seis mil setecentos e vinte e nove reais).

Base Legal: Lei n.º. 8.666/93 - Art. 24, II.

Vigência: 20 (Vinte) dias.

Pela Município: MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN, CNPJ: 08.204.497/0001-71 – Carlos Queiroz Santos Junior – SEC. MUN. DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS

Pelo Fornecedor: M LOPES – CNPJ: 11.979.812/0001-47.

Extremoz/RN, 15 de março de 2018.

SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 001/2018* PREGÃO PRESENCIAL N.º. 001/2018 - SAAE

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Extremoz, inscrito no CNPJ n.º. 08.451.643/0001-63, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **JAILTON JOSÉ BARBOSA TINOCO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Identidade n.º. 081.300 - SSP/RN, inscrito no CPF sob o n.º. 019.949.564-53, brasileira, solteira, Administradora, portadora da Identidade n.º. 003.377.023 – SSP/RN, inscrita no CPF sob o n.º. 010.337.014-59; e **DENIKELLE LOPES DE FARIAS**, brasileira, solteira, portadora da Identidade n.º. 2746326 – SSP/RN, inscrita no CPF sob o n.º. 076.964.824-08, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial, sob o número 001/2018, cujo objetivo fora a formalização de Registro de Preços para Aquisição de Material Elétrico e Ferramentas, conforme especificações discriminadas no Anexo I deste instrumento convocatório, que deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas, de acordo com as especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos deste Edital, a qual constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei n.º. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n.º. 7.892/2013 e Decreto Municipal n.º. 003/2017 – Prefeitura de Extremoz, segundo as cláusulas e condições seguintes:

I – DO OBJETO:

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços referente à Eventual **Aquisição de Material Elétrico e Ferramentas**, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

II – DAS PARTES SIGNATÁRIAS:

São partes signatárias da presente da Presente Ata de Registro de Preços:

I - O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE EXTREMOZ - SAAE, inscrito no CNPJ n.º. 08.451.643/0001-63, com sede na Rua Antônio Cabral Brito, n.º. 208, Centro, Extremoz, CEP n.º. 59.575-000;

II – JP MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO – EIRELLI - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º. 18.334.420/0001-70, com sede na Rua Ângelo Varela, n.º. 1306, Tirol, Natal/RN, CEP n.º. 59.015-010, neste ato representada por seu sócio **JOÃO PAULO DE AGUIAR TAVARES**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º. 751.153.444-91.

III – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

O ÓRGÃO GERENCIADOR – SAAE/EXTREMOZ, obriga-se a:

a. Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos equipamentos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b. Convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;

- c. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- d. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- e. Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- f. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
- g. Coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,
- h. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

IV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obriga-se a:

- a. Tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- c. Verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d. Encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva Autorização de Compra;
- e. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, as informações sobre a contratação efetivamente realizada; e
- f. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

V – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE FORNECEDOR:

O FORNECEDOR obriga-se a:

- a) Retirar a respectiva Nota de Empenho e assinar o Instrumento de Contrato, ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação;
- b) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;
- c) Entregar/executar os produtos/serviços solicitados no prazo máximo definido NO TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO II DO EDITAL N°. 001/2018 - SAAE, contado da data de recebimento Nota de Empenho e assinar o Instrumento de Contrato, ou instrumento equivalente;
- d) Fornecer/executar os produtos/serviços conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
- e) Entregar/executar os produtos/serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
- f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ARP;
- g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
- i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- j) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos equipamentos entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
- k) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VII – DOS VALORES REGISTRADOS:

Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, e vigorará por um período de até 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro - Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração, sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE 01 – MATERIAL ELÉTRICO

EMPRESA:		JP MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO – EIRELLI - EPP				
TELEFONE:		(84) 3201-0833				
E-MAIL:		jpmeletrico@gmail.com				
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	RELÉ FALTA DE FASE 380 V	JNG	UND.	100	85,70	8.570,00
02	RELÉ SEQUENCIAL DE FASE 380 - 415V	JNG	UND.	100	118,00	11.180,00
06	CHAVE MAGNÉTICA 6CV 380V 8-12,5A	JNG	UND.	20	147,00	2.940,00
07	CHAVE MAGNÉTICA 7,5, 380V 12-18 ^a	JNG	UND.	50	139,00	6.950,00
08	CHAVE MAGNÉTICA - 10HP OU CV 12-22A	JNG	UND.	40	149,00	5.960,00
09	CHAVE MAGNÉTICA - 12 ^{1/2} HP OU CV 18-32A	JNG	UND.	50	157,90	7.895,00
10	CHAVE MAGNÉTICA - 15CV 380 18-32	JNG	UND.	30	163,00	4.890,00
13	PROGRAMADOR DIGITAL	JNG	UND.	50	122,00	6.100,00
14	SOFT START MODELO SSE-01 POTÊNCIA: (MOTOR) REDE 220-380-440V 30 3-50/60HZ SAÍDA: 0... 440V ~ALIM. CONTROL 220VCA RELAÇÃO DO TC: 200/1A, 15CV.	WEG	UND.	20	1.512,00	30.240,00
17	DPS MAX 30KA IN 15 KA 40/60 HZ	JNG	UND.	100	50,50	5.050,00
18	TERMINAL TIPO PINO 1,5MM	JNG	PACT	10	22,50	225,00
19	TERMINAL TIPO PINO 2,5MM	JNG	PACT	10	25,50	255,00
21	HASTE DE ATERRAMENTO 1,5M, 3/8	CROMETAL	UND.	80	13,00	1.040,00
24	RELÉ DE NÍVEL - 380V	JNG	UND.	20	80,00	1.600,00
25	CONTACTOR TRIPOLAR IN 40A 400V 50HZ 18,5 KWBOBINA 380V 3RT SIMILAR A SIEMENS.	JNG	UND.	50	200,00	10.000,00

VIII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pela Diretoria Administrativa e Financeira, quando solicitado os créditos, em até 15 (quinze) dias após a apresentação de notas fiscais e faturas, devidamente atestadas pela unidade responsável.

§ 1º O pagamento está condicionado, ainda, a apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal devidamente preenchida;
- b) Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, para as empresas sediadas no Rio Grande do Norte;
- g) Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Indicação do banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

IX – DA PUBLICIDADE:

O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município.

X – DA REVISÃO:

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, podendo sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, em sua atual redação.

§1º. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAAE e/ou o órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

2º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3º. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

XI – DA ENTREGA DOS MATERIAIS:

O SAAE de acordo com a necessidade do Órgão, e após aprovação do orçamento prévio, emitirá a Autorização de Compras, que poderá ser remetida via fax, e-mail ou retirada pessoalmente, contendo o número e a data da emissão, o valor da aquisição e o quantitativo dos produtos, para em seguida firmar o respectivo contrato com a vencedora.

No caso de adesão, caberá ao órgão beneficiário proceder à verificação quanto à qualidade, quantidade e conformidade do material entregue observada as especificações do Edital e da proposta de preços do vencedor do registro, para posterior emissão do atestado de recebimento definitivo pelo titular do órgão beneficiário, mediante aposição de visto na respectiva nota fiscal, que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento desta.

§1º. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:

- a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido no Termo de Referência, contado a partir da assinatura do instrumento de contrato e/ou documento similar.
- b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
- c) A entrega deverá ser feita no endereço do SAAE e/ou do órgão participante, citado na Autorização de Compra/Contrato.
- d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da CONTRATADA, INCLUSIVE DIFERENÇA DE ALÍQUOTA DE IMPOSTO, se houver.

O recebimento e aceitação do material pelo SAAE e/ou do órgão beneficiário não exclui a responsabilidade civil da vencedora por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no

Edital, seus Anexos e na proposta vencedora, posteriormente verificados, nos termos do § 2º, do art. 73, da Lei nº 8.666/1993.

§1º. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

- a) O recebimento dos produtos/serviços deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação dos itens desta ARP;
- b) Não serão aceitos produtos com prazo de fabricação inferior ao definido no Termo de Referência, a contar do seu recebimento provisório, tão pouco vencido e ou algum defeito;
- c) Por ocasião da entrega/execução, a CONTRATADA deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da CONTRATANTE responsável pelo recebimento;
- d) O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo;
- e) Constatada irregularidades no objeto contratual, o SAAE poderá:
 - e.1) determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes;
 - e.2) rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, se disser respeito à especificação.
- f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

§2º. Verificado algum motivo superveniente: fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, a CONTRATANTE poderá conceder prorrogação de prazo necessária, desde que o respectivo pedido seja apresentado pela CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentado, até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo contratual.

XII – DAS SANÇÕES:

São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, no termo de referência e/ ou contrato, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

- a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
- b) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.

§1º – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:

- a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”.
- b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c”. Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e”.

§2º – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

§3º – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

§4º – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.

§5º – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo do SAAE, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

XIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:

O Fornecedor terá seu registro cancelado:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
- b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
- e) não manutenção das condições de habilitação;
- f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
- g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

§1º - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

§2º - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Diretor Presidente do SAAE.

XIV – DOS CASOS OMISSOS E DO FORO:

Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 e do Decreto nº. 7.892/13, ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Para dirimir questões oriundas da presente ARP nº. 001/2018 – SAAE será competente o Foro da Comarca de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte. Nada mais havendo a tratar, lavrei _____ (RENATA THAIS S. SANTOS REIS), a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme, vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Extremoz/RN, 07 de março de 2018.

JAILTON JOSÉ BARBOSA TINÔCO
Diretor Presidente

DENIKELLE LOPES DE FARIAS
Diretora Administrativa e Financeira

JOÃO PAULO DE AGUIAR TAVARES
Contratado

*Ata republicada por incorreção.

TERMO DE RETIFICAÇÃO

O Diretor Presidente do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTO – SAAE – EXTREMOZ/RN, no uso de suas atribuições legais, torna pública que o valor global constante no Extrato de Aviso de Resultado de Licitação e Adjudicação e Homologação, oriundo do Pregão Presencial nº. 001/2018, que tem por objeto Aquisição de Material Elétrico e Ferramentas, publicado no Diário Oficial nos dias 23 de fevereiro de 2018 e 26 de fevereiro de 2018, respectivamente, em favor da empresa GF COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELLI e JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, foi erroneamente grafado.

Desta forma, procede-se a seguinte retificação: onde se lê: “**HOMOLOGAR** os itens 03, 04, 05, 11, 12, 15, 16, 20, 22, 23 e 26 do Lote 01; e os 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 do Lote 02, no valor global de R\$ 56.457,00 (Cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais), em favor da empresa **GF COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELLI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 28.335.924/0001-68; e os itens 01, 02, 06, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 24 e 25 do Lote 01, no valor R\$ 85.182,00 (Oitenta e cinco mil cento e oitenta e dois reais), em favor da empresa **JP MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO – EIRELLI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.334.420/0001-70;

leia-se: “**HOMOLOGAR** os itens 03, 04, 05, 11, 12, 15, 16, 20, 22, 23 e 26 do Lote 01; e os 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 do Lote 02, no valor global de R\$ 55.146,00 (Cinquenta e cinco mil cento e quarenta e seis reais), em favor da empresa **GF COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELLI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 28.335.924/0001-68; e os itens 01, 02, 06, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 24 e 25 do Lote 01, no valor R\$ 103.515,00 (Cento e três mil quinhentos e quinze reais), em favor da empresa **JP MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO – EIRELLI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.334.420/0001-70”.

As demais condições previstas no termo de publicação permanecem inalteradas.

Extremoz/RN, 12 de março de 2018.

JAILTON JOSÉ BARBOSA TINÔCO
Diretor Presidente

AVISO AOS LICITANTES

PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2018
PROCESSO N°. 004/2018 – SAAE/EXTREMOZ/RN

O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DA CIDADE DE EXTREMOZ, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado através da portaria de n.º 037/2017 de 18/12/2017, torna público que realizará **no dia 28 de março de 2018, às 09:00 horas, na Sede do SAAE**, localizado na Rua Antônio Cabral de Brito, nº. 208 – Extremoz/RN, CEP nº. 59.575-000, o Pregão Presencial para Registro de Preços para Eventual Aquisição de Motobombas Centrífugas e Mangotes, **EXCLUSIVAMENTE PARA MEI/ME e EPP**, nos termos do edital e seus anexos, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com fito de atender as necessidades do SAAE/EXTREMOZ.

O Edital da presente licitação e seus anexos poderão ser retirados na sede do SAAE/EXTREMOZ/RN, no endereço acima mencionado, em horário normal de funcionamento (De segunda a sexta feira das 8:00 às 14:00hs), ou através do e-mail: cpl.saaeextremoz@gmail.com.

Extremoz/RN, 15 de março de 2018.

RENATA THAIS S. SANTOS REIS
Pregoeira

NORMAS TÉCNICAS

(Decreto nº 220/2014, de 18 de junho de 2014, publicado em 18 de junho de 2014)

A gestão do Diário Oficial é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, que, para isso, contará com uma comissão encarregada de sua elaboração dentro dos princípios e normas técnicas estabelecidas, em especial neste Decreto;

- Fica estabelecido que a responsabilidade dos conteúdos das matérias enviadas são de responsabilidade do órgão emissor, competindo à Comissão Gestora do DOM, reproduzir fidedignamente as matérias enviadas pelos diversos órgãos da administração Municipal;
- Em caso de a matéria ser rejeitada para publicação, deverá a Comissão Gestora do Diário Oficial do Município, informar ao órgão emissor o respectivo motivo, no prazo Máximo de 48 horas;
- No que concerne a prazo hábil de recebimento para efeito de publicação, as matérias de conteúdo administrativo em geral deverão chegar à Comissão Gestora do Diário Oficial, impreterivelmente até às 15 horas da data da publicação;
- O prazo previsto no caput deste Artigo poderá ser dilatado por exclusiva decisão do Chefe do Executivo Municipal, em caso de necessidade inadiável da publicação de documento oficial, cujo retardo possa acarretar dano ou prejuízo à Administração Pública ou à sociedade;
- Em caso de inobservância ao prazo estabelecido no caput deste Artigo, à exceção do previsto no parágrafo anterior, a matéria será encaminhada à análise no dia seguinte, providenciando-se publicação na edição subsequente;
- As republicações e Retificação ocorrerão somente quando o equívoco comprometer a essência do ato publicado;
- A reclamação quanto à publicação de matéria deverá ser dirigida, por escrito, à Comissão Gestora do Diário Oficial do Município até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da data de publicação, observando-se o horário de entrega; por motivo de segurança, não serão aceitos pedidos de sustação de matéria através de telefone, os quais deverão ser encaminhados por meio de ofício, fax ou e-mail (de forma digitalizada) à comissão Gestora do Diário Oficial do Município, respeitados os limites de horário.
- As matérias enviadas para publicação no Diário Oficial do Município devem ser encaminhadas através mídia eletrônica contendo o arquivo do documento a ser publicado, exclusivamente em editor de texto que gere arquivos no padrão word e/ou por e-mail: diariodeextremoz@gmail.com. Lembrando que o original deverá ser encaminhado também para a sede do Diário Oficial;
- No que concerne ao Padrão, a matéria enviada deve observar os seguintes aspectos:
 - I - em CD ou DVD gravado apenas com a matéria a ser publicada, identificando-se o nome do órgão, setor responsável pelo envio e telefone para contato;
 - II - por e-mail, identificando o nome do órgão, setor, responsável pelo envio e telefone para contato;
 - III - as matérias enviadas por e-mail, CD e DVD deverão, obrigatoriamente, ser encaminhadas juntamente com o impresso, através de ofício assinado pelo Titular do órgão emissor ou por seu substituto legal;
- Os órgãos Municipais deverão enviar ao Diário Oficial do Município, através de ofício: nome e telefone para contato e setores dos responsáveis pelo envio das matérias;
- As páginas deverão ser numeradas, quando o texto contiver mais de uma página;
- Não serão aceitas ou deixarão de ser publicadas matérias enviadas com formatação em caixa de texto ou de forma que não esteja no padrão acima, ou caso o CD, ou outra mídia, contenha avaria ou defeito que impossibilite a leitura do arquivo ou ainda se o e-mail enviado não contiver o correspondente anexo;
- Os arquivos recebidos pela Comissão, após publicação da matéria, terão o seguinte destino:
 - I – Os originais impressos permanecerão por 60 (sessenta) dias na Comissão Gestora do DOM, após esse período serão enviados para reciclagem;
 - II – Os cds e dvd's ficarão disponíveis na Comissão até uma semana após a publicação da matéria, devendo o órgão emissor ser pelo seu recolhimento.

A DIREÇÃO

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO – EXPEDIENTE

DISPONIBILIZADO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.EXTREMOZ.RN.GOV.BR/DOM DE SEGUNDA À SEXTA, OU EM EDIÇÕES ESPECIAIS.

PREFEITURA DE EXTREMOZ

Joaz Oliveira Mendes da Silva
PREFEITO

Djalma de Sales
VICE-PREFEITO

Maria Mércia de Brito Ferreira
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E INFORMAÇÕES

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ

Rubens Danilo Sousa Damião
DIRETOR GERAL

Rua Pedro Vasconcelos, 502, RN 160, São Miguel Arcanjo – CEP 59575-000-e-mail: diariodeextremoz@gmail.com

